

## **ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2021**

Aos dezassete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um pelas nove horas e quarenta minutos no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 5ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelas senhoras secretárias municipais: Tânia Gil da Rocha Lemos e Rita Belo Santos.

### **A – PERÍODO DE ABERTURA**

O senhor presidente da Mesa determinou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças:

#### **GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA:**

Alexandra Cristina Santos Freitas, Ana Margarida Leonardo Fortuna, Carla Alexandra Cardoso Monteiro, Cidália de Lurdes Correia Parreira, Cláudia Alexandra Coelho Cardoso, Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha, Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço, João Carlos Amador Lopes Mateus, João Carlos de Castro Tavares, João Manuel Machado Enes, João Paulo da Costa Moniz, José Miguel de Freitas Toste, Marcelo Leal Pamplona, Marco Paulo Vieira Alves, Maria de Fátima Soares Fernandes Ferreira, Marília Margarida Enes Garcia de Vargas, Paulo Alexandre Ávila Fagundes, Paulo Jorge Pimentel da Silva, Rita Belo Santos, Rogério Paulo Nogueira e Sousa, Sandra da Silva Mendes, Tânia Gil da Rocha Lemos.

#### **GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:**

Alberto Gonçalves de Melo, Anabela Ferreira Rafael Silveira de Borba, Bruno Miguel Ferreira Fagundes, César Alexandre Pacheco Medeiros, Filipe Jorge da Silva Almeida, Guilherme Carlos da Rocha Bizarro, Luciva Ventura, Luís Manuel Mendes Leal, Luísa Brasil Peixoto Lourenço, Luísa da Costa Barcelos, Maria Cecília Narciso Vieira Sousa Costa, Mário José Martins Cardoso, Séfora Veríssimo Costa, Sónia de Fátima Pereira Lourenço Pimentel.

#### **GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP:**

André Melo Castro, Michéle Soveta Aguiar, Nuno Alberto Lopes Melo Alves.

#### **GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO POPULAR MONÁRQUICO:**

Tomaz Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho.

#### **CÂMARA MUNICIPAL:**

**Presidente:** José Gabriel Álamo de Meneses.

**Vereadores:** Brites Baldaia do Rego Botelho Mendonça Cunha, Fátima da Conceição Lobão Santos da Silveira Amorim, Guido de Luna da Silva Teles, Nelson Gomes Furtado, Paulo Alexandre Silva Lima, Sandra Maria de Sousa Garcia.

---

**Sr. presidente da Mesa** – Temos quórum, vamos dar seguimento ao que está previsto no regimento, passando à discussão e aprovação da ata da última sessão da Assembleia Municipal. Neste contexto, gostaria de alertar as senhoras e os senhores deputados municipais que, de acordo com o parecer jurídico da Direção Regional da Administração Pública, esta ata só poderá ser votada pelos membros que transitam da anterior legislatura. Os restantes membros da Assembleia Municipal não se poderão pronunciar para efeitos de votação da respetiva ata.

*A senhora 2ª secretária da Mesa, Rita Belo Santos, indicou os nomes das senhoras e senhores deputados que poderiam exercer o direito de voto acerca da ata da sessão anterior da Assembleia Municipal:*

Ana Margarida Leonardo Silva Fortuna, Carla Alexandra Cardoso Monteiro, Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço, Marco Paulo Vieira Alves, Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira, Marília Margarida Enes Garcia de Vargas, Paulo Jorge Pimentel da Silva, Rogério Paulo Nogueira e Sousa, Tânia Gil da Rocha Lemos, Sónia de Fátima Pereira Lourenço Pimentel, Filipe Jorge da Silva Almeida, Luís Manuel Mendes Leal, Maria Cecília Narciso Vieira Sousa da Costa, Mário José Martins Cardoso e Nuno Alberto Lopes Melo Alves.

*Posta à discussão sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da sessão anterior do dia 03 de setembro de 2021 foi aprovada por unanimidade.*

**Sr. presidente da Mesa** – Dou a palavra à senhora presidente de Junta de Freguesia Honória Leandro Lourenço que nos prestará algumas informações na sequência da sua presença no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses que decorreu nos dias 11 e 12 de dezembro em Aveiro.

**Sra. d. m. Honória Leandro** (presidente da J. F. do Porto Judeu) – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais.

Neste congresso da Associação Nacional de Municípios foi enaltecida a forma como os municípios e as juntas de freguesia enfrentaram este enorme desafio provocado pela pandemia da Covid-19 e a sua influência na vida das pessoas durante estes dois anos, especialmente nos períodos de maior confinamento, e falou-se ainda da regionalização. Senti que ficou bem evidenciada a confiança depositada nas juntas de freguesia pela sua capacidade de atuação junto das populações e é bom vermos o nosso trabalho valorizado.

Estou certa que enfrentaremos muitos desafios e surgirão grandes mudanças nos próximos quatro anos de mandato. A regionalização seria boa também para nós porque nos traria coisas boas, sabemos que somos capazes e há confiança no trabalho desempenhado pelos municípios e pelas juntas de freguesia.

Este é basicamente um resumo do que lá foi dito acerca do trabalho dos municípios e das juntas de freguesia. O senhor presidente da Câmara e o senhor presidente da Assembleia Municipal poderão dar-nos mais informações do que foi discutido neste Congresso da Associação Nacional de Municípios que decorreu nos passados dias 11 e 12 de dezembro.

**Sr. presidente da Câmara** – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Assembleia, senhores vereadores.

Como a senhora presidente da Junta de Freguesia da vila do Porto Judeu acabou de dizer, realizou-se em Aveiro no passado fim de semana o congresso da Associação de Municípios que abriu com uma intervenção do senhor primeiro-ministro e foi encerrado com a intervenção do senhor presidente da república. Creio que estas duas intervenções serão os aspetos mais importantes que interessa reportar a esta Assembleia.

Neste momento está a viver-se a nível nacional uma enormíssima transformação daquilo que são as competências dos municípios que, necessariamente, terão que se refletir também nos Açores, apesar de não termos tido qualquer participação neste processo.

Há cerca de uma década iniciou-se uma gradual transferência de uma delegação de competências para os municípios, num processo muito semelhante àquele que tem sido seguido por este município entre esta Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, no que respeita à transferência de tarefas do Estado que melhor podem ser exercidas pelos municípios e pelas freguesias. Esse processo terminará neste ano de 2022 que agora se inicia e o objetivo é que essas competências delegadas passem a ser competências próprias dos municípios.

Esta é uma alteração profunda na arquitetura do Estado. Os municípios do continente já o fazem mas passarão a ter como competência própria, matérias como a gestão do sistema educativo de todas as escolas, incluindo as secundárias, a gestão dos centros de saúde, as questões relacionadas com a prestação dos cuidados primários de saúde e a gestão da ação social dos apoios às famílias, para além de muitas outras questões da área cultural e daquilo que era a rede da gestão das estradas nacionais com a exceção das autoestradas e das vias rápidas. Trata-se de um vastíssimo menu de competências que passarão para os municípios.

A lei-quadro que regula esta matéria diz que cabe aos parlamentos das regiões autónomas a decisão sobre esta questão, razão pela qual, cá nunca aconteceu nada. Contudo, isto terá agora um conjunto de implicações que vamos ter que encarar regionalmente visto que, na sequência da transformação das competências delegadas em competências próprias, a lei de financiamento das autarquias terá que ser conseqüentemente alterada.

Até aqui havia um contrato celebrado com o Estado, autarquia a autarquia. O financiamento destinado às competências delegadas era colocado nesse contrato e o financiamento global era uniforme para todo o país incluindo as regiões autónomas. Quando

estas competências delegadas passarem a competências próprias, a legislação enquadradora terá que ser alterada de forma a que o financiamento transferido pelo Estado fique imediatamente incluído na lei geral que regula esta matéria.

Tudo se tornará muito complicado se os municípios das regiões autónomas ficarem de fora deste processo visto que até agora recebemos do Estado rigorosamente a mesma coisa que recebem as autarquias do continente. Lembro aos senhores membros da Assembleia que, no caso concreto do município de Angra do Heroísmo, recebemos do Estado cerca de 50% dos nossos recursos. A nossa autonomia financeira, ou seja, as nossas receitas próprias, rondam os 50%, o que significa que temos uma extraordinária dependência em relação a essa legislação do Estado e se a mesma for alterada, os municípios do continente passarão a ter orçamentos num valor, cinco ou seis vezes superior ao nosso.

Para vos dar uma ideia, na sequência deste processo, eles ficaram com cerca de 1 700 trabalhadores enquanto nós temos 346, o que se reflete numa enorme tradução orçamental, e se ficarmos fora desse processo, temo que acabemos severamente prejudicados. Não podemos ainda esquecer que estamos a receber do Estado, dinheiro que não corresponde aos nossos impostos porque, nas regiões autónomas, a totalidade dos impostos cobrados são receita da região. Ainda assim, recebemos do Estado as transferências que acabam por ser uma espécie de extra porque não correspondem ao que é cá cobrado, à exceção dos 5% do IRS que são deduzidos nas receitas da região.

A mesma coisa deveria acontecer em relação à participação das autarquias no IVA. No nosso caso, na proposta de orçamento de Estado que acabou por não ser aprovada, constavam três pontinhos adiante da Câmara de Angra porque, ao contrário do que acontece para o continente, não há transferências do Estado visto que terá que ser a região a fazê-las. Tudo isto nos cria uma situação de desigualdade e risco futuro que interessa resolver.

A gravação da intervenção do senhor presidente da república neste congresso está disponível na internet e seria interessante que os senhores a ouvissem porque ele traçou um calendário muito preciso para um outro processo complementar a este, que é a regionalização do continente, com um referendo previsto para o primeiro trimestre de 2024. Para que isto aconteça, é necessário arrumar-se toda esta questão respeitante às transferências de competências e à alteração da legislação de financiamento, algo que terá que ser feito num horizonte de dois anos. Esta matéria terá necessariamente que entrar no debate político regional, sob pena de ficarmos seriamente prejudicados e excluídos do passo que está a ser dado a nível nacional.

Creio serem estas as principais conclusões deste congresso onde, no final, foi também aprovado um conjunto de moções e uma deliberação que estão disponíveis no *site* da Associação Nacional de Municípios. Aconselho os senhores membros da Assembleia a consultarem estes documentos que são orientadores para a atividade dos municípios nos próximos quatro anos.

**Sr. presidente da Mesa** – Na qualidade de presidente da Assembleia Municipal e tendo participado também neste congresso, cabe-me dizer duas ou três coisas que me parecem

fundamentais e retive como mais importantes, além do que foi já aqui referido pelo senhor presidente da Câmara.

Começo por assinalar que este congresso decorreu na data exata em que se comemoravam os 45 anos das primeiras eleições autárquicas pós 25 de abril em Portugal. Registei ainda e com muito agrado que, passados 45 anos e na mesma data, foi eleita a primeira mulher como presidente da Direção da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Apesar de não existir ainda nos restantes órgãos uma representatividade muito expressiva, este é um dado muito importante e um primeiro passo no sentido de dignificar a própria Associação de Municípios de Portugal.

Da minha participação neste congresso, destaco ainda uma outra situação que decorreu de uma intervenção de um senhor presidente de Câmara que falou e bem da procura dos cursos de formação para eleitos autárquicos. Tendo em consideração o que foi dito aqui pelo senhor presidente da Câmara acerca da transferência de responsabilidades e da proximidade cada vez mais evidente e necessária das autarquias aos seus concidadãos, os cursos de formação para autarcas têm tido uma procura muito elevada e a entidade responsável por essa formação está a equacionar a possibilidade de promover ainda mais cursos para permitir aos autarcas um maior acesso a essa formação.

Pelos antecedentes que tenho, registei ainda com agrado que a Associação Nacional dos Municípios Portugueses elegeu pela primeira vez para a sua direção, um representante das assembleias municipais e um representante da ANAFRE que, a partir desta eleição, passarão a integrar aquele órgão.

Na sequência do que vos disse há pouco o senhor presidente da Câmara, registei também a grande preocupação manifestada pelos vários intervenientes a respeito da revisão da lei das finanças locais e dei conta da preocupação e do investimento que vários municípios pretendem fazer no âmbito das cidades inteligentes. Foram ainda feitas algumas intervenções que me pareceram muito pertinentes, como o apelo à participação dos jovens no poder autárquico, a sua responsabilização e proximidade com as autarquias para que sejam os continuadores de todo este processo. Foi curioso verificar que vários oradores estimularam a necessidade de grande aproximação, incentivo e mobilização dos jovens para a causa autárquica.

Foi ainda manifestada neste congresso uma grande preocupação com as baixas taxas de natalidade na grande maioria das regiões do país, algo de que também sofreremos. Foram ainda levantadas questões relativas às acessibilidades, o que foi referido por alguns municípios como sendo um dos meios para dificultar o possível repovoamento e o desenvolvimento das regiões. Houve também manifestações muito concretas que me pareceram muito importantes relativas à necessidade de se alterar os estatutos dos eleitos locais, dando-lhes maior dignidade e outras condições para exercerem a sua atividade.

Com a questão da atual municipalização que depois será regionalização, e de acordo com os calendários já referidos pelo senhor presidente da Câmara, penso que se levantará aqui um grande problema sob o ponto de vista da gestão financeira das autarquias com os

acessos aos fundos comunitários, ao PRR, ao horizonte Portugal 2030, etc. Estamos certos que haverá grandes implicações sob o ponto de vista político e a própria Assembleia Legislativa Regional terá que se debruçar sobre esta questão para que as autarquias da região não percam esta oportunidade e não saiam seriamente penalizadas como lembrou já o senhor presidente da Câmara.

Por fim, gostaria de vos deixar mais uma informação que considero muito relevante relativamente a duas moções apresentadas no congresso respeitantes ao sistema de tratamento e recolha de resíduos a nível nacional. Para terem uma ideia, e relativamente à empresa que faz a gestão da recolha de resíduos na zona da Península de Setúbal, em 2004 a tonelada de resíduos situava-se nos 13,49€, em 2021 passou para 32,68€ e em 2022 será de 43,30€. Imaginemos o que não seria se esta escalada fosse aplicada na região ou neste município. De um modo geral e simplista, isto significa que os nossos concidadãos do continente terão um valor acrescentado na fatura da água para pagamento da gestão de resíduos mais do que, propriamente, a água que consomem. Penso que isto é preocupante e nos deve fazer refletir.

**Sr. presidente da Câmara** – Há pouco esqueci-me de vos dar uma informação muito relevante, que o nosso município foi mais uma vez eleito para o Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios. Já fazíamos parte numa data anterior e fomos eleitos numa excelente posição, creio que em sétimo lugar, o que demonstra também a nossa influência a nível nacional. Neste momento o município de Angra do Heroísmo é membro de um seletivo grupo responsável pela gestão destas coisas a nível nacional.

## **B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO**

**Munícipe Jorge Forjaz** – Bom dia minhas senhoras e meus senhores, o meu nome é Jorge Forjaz, morador na Rua da Sé n.º 26 em Angra do Heroísmo e trago dois assuntos, um sobre patentes e um outro respeitante a ruídos.

Começo pelo assunto de ordem mais pública, lendo um pequeno texto que saiu no jornal «O Público» há uma semana e serve de introdução às minhas palavras:

*«A Câmara de Évora exige a anulação do registo do capote e da samarra alentejanas após a apropriação indevida feita por um privado na defesa deste património cultural ancestral alentejano. Em causa está o facto de alguns produtores de capotes, samarras e capas típicas do Alentejo terem sido surpreendidos com avisos de um titular dos direitos de registo deste tipo de vestuário, para pararem as vendas ou então pagarem licença por violação de direitos. Alguns produtores alentejanos disseram à Agência Lusa que receberam mesmo uma carta registada assinada pelo advogado António Pinto Alves em representação do titular dos direitos de registo. Na quinta-feira os deputados socialistas eleitos pelos círculos eleitorais do Alentejo questionaram o governo sobre uma eventual usurpação abusiva da patente dos capotes e samarras alentejanas, sublinhando que estes artefactos constituem uma marca cultural distintiva desta região. Os eleitos pelos círculos eleitorais do Alentejo*

*foram surpreendidos pelas notícias recentemente divulgadas, segundo as quais, alguém terá de forma injustificável registado no Instituto Nacional de Propriedade Industrial, a patente dos capotes e samarras alentejanas, vestuário tradicional do Alentejo que é produzido há décadas por diferentes indústrias artesanais e constitui uma marca cultural distintiva desta região. A Diretora Regional da Cultura do Alentejo Ana Paula Amendoeira já disse que os serviços deste organismo do Estado estão a analisar o processo e admitiu que possa ser pedida a anulação deste registo.»*

Ora, a que propósito vem aqui o empenhamento da Câmara de Évora na defesa de um assunto deles, as samarras e os capotes alentejanos que, muitos de vós, certamente conhecerão? Isto certamente escandaliza aqueles que nada têm a ver com este assunto mas, se mudarmos aqui o nome, vamos encontrar na cidade de Angra uma situação exatamente igual, ou seja, houve recentemente uma instituição local que também registou no Instituto de Propriedade Industrial, a patente dos bolos Dona Amélia que foram uma invenção da sociedade açoriana para homenagear a visita dos reis de Portugal, o D. Carlos, cujo retrato está naquela parede, e a sua mulher a rainha Dona Amélia.

As senhoras da sociedade de Angra inventaram ou, possivelmente, criaram aquele bolo a partir de doçarias que já se faziam e chamaram-no de Bolo Dona Amélia em homenagem à rainha, a mulher do chefe de Estado.

Estes bolos Dona Amélia foram feitos nos últimos cem ou cento e vinte anos por todas as doceiras e casas da cidade de Angra, vendem-se em todas as lojas e houve uma pastelaria em Angra que registou esse nome com grande surpresa de todas as outras pastelarias e dos restaurantes que costumam fornecer bolos Dona Amélia no fim das suas refeições. Ora, esse nome foi aceite nas patentes sem que se perguntasse sequer se não seria um abuso, o registo a favor de um privado, de algo que pertence ao património cultural público.

O bolo Dona Amélia faz parte do nosso património cultural gastronómico. Está a ser registada a patente e a receita e há restaurantes que estão a mudar o nome do doce e a alterarem ligeiramente a receita para poderem continuar a servi-lo, o que acaba por deturpar o próprio conceito e a ideia histórica do bolo Dona Amélia.

Deixo à consideração da Exma. Câmara se esta situação não será merecedora de uma reação igual àquela que tiveram os autarcas de Évora relativamente às samarras alentejanas. Para já, está registado e ninguém pode usar aquele nome sem autorização e sem pagar o que está previsto nos termos da lei.

O segundo assunto que aqui trago é de ordem mais particular mas, tendo a ver com um cidadão, diz também respeito à comunidade. Um cidadão é tão respeitável como toda a comunidade e onde há dois cidadãos, há uma comunidade. O assunto tem a ver com o ruído na cidade e já explico o que entendo por ruído.

Recordo que, há cerca de vinte anos, fui deputado municipal nesta Assembleia e creio não existir aqui nenhum membro que seja desse tempo. Sentava-me naquela ponta e agora estou a ver que é ao contrário; o conceito de direita é mutável. Era membro único do grupo parlamentar do CDS e apresentei uma proposta relativamente à utilização da música na rua

durante todas as festividades do ano, ou seja, no Natal, no carnaval e pelas festas da cidade. Regulamentava-se os dias em que a música deveria tocar, as horas a que deveria iniciar de manhã e terminar à tarde e alguns intervalos durante o dia, para não ser uma coisa contínua. Escolhia-se o tipo de música e o volume a que a mesma deveria tocar, com a proibição absoluta de publicidade durante o dia incluída nesse som ambiente. Isto foi aprovado por unanimidade na Assembleia Municipal e comunicado à Câmara, que assumiu o novo regulamento na cidade em matéria de som. Ora, os senhores saberão melhor do que eu, mas não tenho conhecimento que esse regulamento tenha sido alterado sob o ponto de vista legal, apesar de, na prática, estar a sê-lo continuamente de há anos a esta parte. As coisas são aprovadas, depois vão sendo lentamente esquecidas e volta tudo à antiga.

Neste momento estamos a festejar o Natal que creio ter começado no dia 1 de dezembro ou talvez um pouco antes, a 30 de novembro. As festas da cidade começam naquele primeiro dia e terminam no último, o carnaval são três dias e o Natal começa no dia 1 de dezembro e só acaba no dia 5 de janeiro; estamos a falar de 35 dias de música pública na cidade, invadindo todas as ruas desde as dez horas da manhã até às oito horas da noite, com o volume não muito alto, devo confessar.

Sempre tive aqui uma guerra porque a música tocava sempre altíssima; hoje está num nível de som absolutamente razoável mas qualquer especialista em ruídos e apreciação do sossego dos cidadãos dirá que um pinga de chuva a cair todo o dia ao pé da nossa janela põe-nos tontos ao fim do dia e com dores de cabeça. Basta um pinga de chuva. Há um filme sobre isso, «A laranja mecânica», em que um dos suplícios que fazem à pessoa que é apanhada, é pôr-lhe um pinga de água a cair até ela enlouquecer. Trinta e cinco dias seguidos a ouvir a mesma música de Natal das dez horas da manhã até às oito horas da noite e ainda, durante muitos dias, até às dez ou onze horas da noite com os concertos aqui na praça.

Eu sou devoto do Natal e do menino Jesus mas é sempre a mesma música de há anos a esta parte: «We wish you a merry Christmas...» É sempre a mesma música de manhã à noite, repetida sete e oito vezes por dia. Quatro músicas repetidas sete e oito vezes por dia intervaladas com anúncios de laranjas no mercado, cuecas na loja Emílio Borges de Ávila, fazenda a metro, aluguer de automóveis, enfim. Nem sequer ouço o que se anuncia porque creio que aqueles anúncios são de uma absoluta inutilidade.

Habitualmente moro no Porto Martins mas, como disse, vim para a cidade para a Rua da Sé e estou a ponderar muito seriamente... Bom, hoje é dia 17 e ainda tenho 20 dias pela frente.

**Sr. presidente da Câmara** – Até ao dia 6 de janeiro.

**Munícipe Jorge Forjaz** – E o senhor presidente diz-me isso com o ar mais natural deste mundo como se fosse uma lei divina. Se quiserem mudar, mudam! Não é obrigatório haver música até ao dia 6. Quando chega este dia, a cidade entra em silêncio e de repente fica uma cidade diferente, uma cidade nova.

Pergunto quem controla e dispõe que música se vai ouvir porque este problema vem de antes desta atual presidência de Câmara e dá a ideia que isto é entregue a uma entidade.

«Ponham a música que entenderem. Tem que começar a esta hora, acabar àquela e agora governem-se.» Quem mora na Rua da Sé tem que ser feliz à força: «Ah, estou contente porque estou a ouvir músicas de Natal!» Deixo de ouvir músicas em casa para não ouvir duas ao mesmo tempo, ponho os auscultadores mas fica-me aquela coisa de fundo.

Os senhores não imaginam o que é viver no centro da cidade. É muito fácil quando se mora fora da cidade porque, quando se chega ao fim do dia, cada um vai para a sua terra e não tem este problema às costas. Há muitos aqui que devem dizer: «Lá vem ele outra vez com a conversa.»

Brincadeiras à parte, gostaria de deixar o assunto à vossa consideração porque ando a falar nisto há 40 anos. A primeira vez que vim aqui expor o assunto foi pouco depois do 25 de abril nas primeiras assembleias municipais. Há 35 ou 40 anos que ando a falar disto. Vou morrer a falar disto e o assunto não se resolve? Isto tem características de terceiro mundo.

Tem que se pensar na saúde mental dos pouquíssimos angrenses que vivem no centro da cidade e eu sou um deles. Já me disseram um dia: «Tens uma casa no Porto Martins, muda-te ou põe janelas duplas.» O que é isto? Onde está a nossa liberdade? Deixo isto à consideração da Exma. Câmara para que vejam o que podem fazer. Acreditem que isto é para o bem da nossa comunidade. Agradeço a vossa atenção.

**Sr. presidente da Câmara** – Creio que a primeira questão apresentada pelo senhor Jorge Forjaz é de grande relevo e algo que não pode acontecer. Não tinha conhecimento que a situação estivesse neste ponto e vamos desencadear os mecanismos necessários para se verificar o que se passa porque esta não é uma patente que possa ser registada, tratando-se de um património que é de nós todos e não, desta ou daquela pastelaria. Vamos iniciar os procedimentos e se o senhor presidente da Mesa assim o entender, o assunto poderá ser objeto de um voto por parte da Assembleia para que esta matéria tenha mais alguma força.

Quanto à música ambiente, não conheço o regulamento que está em vigor mas não é esse, deve ter sido alterado num tempo anterior a tudo isso e a Assembleia Municipal é soberana sobre a regulamentação de ruído. A música que toca e o que lá é dito não é da responsabilidade da Câmara Municipal mas sim, da Câmara do Comércio, que faz a gestão deste sistema. São eles que escolhem a música, os anúncios e o que lá se diz. A gestão da animação de rua durante os períodos de festas é feita pela Câmara do Comércio e falaremos com eles no sentido de se encontrar a razoabilidade necessária a respeito desta matéria.

## **C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves** – Muito bom dia senhor presidente da Mesa, senhoras e senhores membros da Assembleia, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores.

Começo por este ponto aqui trazido pelo cidadão Jorge Forjaz, demonstrando a nossa total disponibilidade para colaborar e propor a esta Assembleia, em conjunto com a bancada do Partido Socialista e com a Câmara Municipal se for esse o entendimento, algum tipo de

alteração relativa a esta questão do registo de patentes. O assunto foi aqui muito bem exposto e explicado e isto não faz sentido. Qualquer dia, se algum emigrante decidir registar uma patente com o nome «Tourada à corda» com o formato de quatro toiros, a Câmara deixará de poder passar as respetivas licenças e as coisas poderão até complicar-se para o quinto toiro.

Fora de brincadeiras, há aqui assuntos muito sérios de direitos de propriedade intelectual que terão que ser devidamente tratados. O capote terceirense não foi aqui referido mas é uma matéria que deve vir para cima da mesa, assim como tantas outras tradições nossas que fazem parte do acervo coletivo e cultural da nossa sociedade e não devem ficar sujeitas a um qualquer descuido legislativo que permita um registo indevido no âmbito de patentes e a conseqüente comercialização.

No que diz respeito à música na cidade, convém esclarecer se a recomendação que foi aprovada há 19 anos se mantém válida. O assunto aqui trazido pelo nosso conterrâneo tem sido abordado noutras sessões desta Assembleia ao longo dos anos e por outros intervenientes.

Passsei a fazer parte desta Assembleia Municipal precisamente na altura em que o doutor Jorge Forjaz deixou de se candidatar e as questões relativas ao ruído, à música e a outras ações de animação de rua têm vindo à discussão devido aos períodos em que as mesmas se realizam, por vezes com a dispersão das atividades pelos períodos com menos atratividade das pessoas à cidade. As iniciativas promovidas com vista à dinamização do comércio, podem por vezes e inadvertidamente, surtir efeitos opostos e contraproducentes em termos de atividade comercial ou da dinâmica que se pretende, tornando o espaço ingovernável e até mesmo desconfortável em termos de deslocação de multidões.

A Câmara Municipal poderá, em articulação com a Câmara do Comércio, dinamizar e desenvolver de outra forma um conjunto de aspetos. Como já referi, estamos disponíveis para propostas nesse sentido, tentando conciliar e procurando o equilíbrio necessário que as situações exigem para proteger os residentes e a atividade comercial.

Ainda neste Período de Antes da Ordem do Dia existem outros aspetos que nos parecem relevantes como, por exemplo, algumas atualizações ao nosso regimento municipal. Parece-me da maior utilidade a criação de um grupo de trabalho com vista a uma revisão com alguma urgência de certas questões de forma e a correção de algumas imprecisões, incongruências e outros aspetos que as bancadas partidárias entendam necessários em termos legais e políticos. Não devemos deixar que o assunto se arraste até ao último ano do nosso mandato, por isso seria útil a apresentação de uma proposta na 2ª sessão desta Assembleia em abril do próximo ano de 2022.

Gostaria de mencionar aqui um outro assunto da maior importância que foi abordado o outro dia no Conselho de Ilha e também por todas as bancadas no mandato anterior desta Assembleia. Refiro-me às políticas de ligações aéreas e marítimas de distribuição de correios e desalfandegamentos.

Esta Assembleia Municipal tomou no mandato anterior uma posição muito valiosa, defendendo um conjunto de matérias do interesse da ilha Terceira e do nosso concelho em particular que, infelizmente, não tiveram uma evolução favorável. Todos os dias constatamos a existência de anúncios apresentados pela SATA referentes a novas ligações sempre centralizadas num só aeroporto. Se a companhia está a tentar salvar-se do ponto de vista financeiro, não o pode fazer à custa da coesão regional e do desenvolvimento harmonioso de todas as ilhas, especialmente nos setores ligados ao turismo e nas áreas dos transportes. Se a SATA se revelar um entrave ao desenvolvimento da região, deve ser tratada com clareza e firmeza. Entristece-nos e preocupa-nos quando vemos todas as semanas, anúncios acerca de novos voos e ligações a mercados que são importantes para toda a região, mas sempre concentrados num só sítio. Está em causa o desenvolvimento económico e social desta ilha, o prejuízo das gerações futuras e a criação de hábitos.

A senhora deputada municipal Cláudia Cardoso dizia há tempos num programa de rádio que uma grávida vinda da ilha das Flores que pretenda escolher o hospital para dar à luz, se viajar de avião e tiver que esperar quatro horas no aeroporto da Horta por uma ligação para a Terceira, decerto preferirá ter o parto no hospital de São Miguel.

Qualquer pessoa compreende que os transportes são o maior problema estrutural dos Açores devido à sua dispersão geográfica; como tal, têm que ser lidados com soluções transversais e coerentes que permitam o desenvolvimento e o combate ao despovoamento.

O último censo que saiu já depois dessa nossa tomada de posição conjunta de todas as forças partidárias da Assembleia Municipal anterior veio revelar dados preocupantes em termos de povoamento. O senhor presidente da Câmara apresentou há cerca de uma meia dúzia de anos, alguns dados estatísticos preocupantes sobre a pirâmide etária e as projeções para o concelho de Angra e para a ilha Terceira, intrinsecamente ligadas ao despovoamento como consequência das ligações à nossa ilha que são um foco de desenvolvimento das atividades económicas, turísticas, mercantis, comerciais, etc. Todos estes aspetos estão ligados a decisões empresariais sujeitas a critérios políticos.

Fazendo parte de uma bancada municipal de centro-direita, é à vontade que reconheço uma maior amplitude de liberdade para as empresas, mas sujeita às regras ditadas pela política, pela região e pelo Estado. É assim que as coisas funcionam, a liberdade não se deve confundir com a lei da selva, muito menos na componente económica, e todos estes aspetos têm que ser devidamente acautelados. Expresso mais uma vez aqui estas preocupações e lanço o desafio para que, na altura oportuna, preparemos alguma matéria sobre este assunto.

A questão das pragas é cada vez mais premente e penso terem existido alguns episódios infelizes no centro da cidade relacionados com animais de grande porte que poderiam muito bem servir para um safari urbano, visto que têm circulado por aí demasiado soltos e corajosos. Parece-me que seria oportuno abordar, em consonância com o concelho vizinho e com as entidades regionais, o assunto da desratização e dos pombos, autênticas pragas voadoras que invadem a nossa cidade, e algumas soluções podem passar pela redução das

áreas de potencial nidificação. Gostaria de saber se a Câmara tem já em curso algumas destas ações que não sejam do nosso conhecimento.

Nunca é demais referir a questão da gestão do trânsito, um assunto constantemente debatido nesta Assembleia. Independentemente do tipo de mobilidade, seja elétrica, a hidrogénio, a pilhas Duracell ou a gasóleo, o mais importante são os circuitos de circulação e a solução passa pela criação de espaços onde as viaturas particulares ou públicas possam circular, independentemente da sua força motriz.

Nos dias que antecederam esta reunião, houve diversos encerramentos de vias ao trânsito à volta das entradas da cidade que, mais uma vez, vieram agravar a situação e expor algumas dificuldades. A orografia e o desenho da cidade são o que são, contudo não podemos desistir da busca de soluções, invertendo sentidos do trânsito, alargando vias ou suprimindo alguns espaços de estacionamento, criando outros alternativos.

Por fim, gostaria de abordar um assunto já apresentado em reunião de Câmara pelos vereadores da coligação que tem a ver com a reposição da iluminação pública em locais onde a mesma foi retirada. Há dois mandatos autárquicos iniciou-se uma prática de poupança de energia como consequência da crise económica que então se instalou. A Câmara procedeu à substituição e instalação de um conjunto de luminárias LED em algumas zonas do concelho, apesar de a tonalidade da cor não agradar à maioria das pessoas que preferem uma iluminação mais morna com uma temperatura Kelvin um pouco diferente. Foram desligados alguns pontos de luz em várias zonas do concelho à semelhança do que foi feito pelos serviços do Governo Regional nas estradas da sua responsabilidade. Agora é preciso rever essa decisão, na medida em que existem amplas poupanças anunciadas pela Câmara em termos de despesa com eletricidade, não havendo a necessidade de manter no escuro e na insegurança, determinadas zonas do concelho. Volto a questionar a Câmara a respeito de algum eventual projeto ou intenção nesse sentido.

**Sr. presidente da Mesa** – Inscrevi-me apenas para dar uma informação na sequência da intervenção do senhor deputado Nuno Melo Alves relativamente ao regimento desta Assembleia. De facto, a Mesa tinha já deliberado fazer uma proposta no sentido da criação de um grupo de trabalho para rever o regimento que está altamente «comprometido», dadas as alterações que sofreu a lei que determina os órgãos autárquicos. Há terminologias que têm que ser corrigidas e entendemos que é necessário adaptar o regimento às novas tecnologias de informação e comunicação. Não o propusemos em Conferência de Líderes desta Assembleia devido à nossa, já extensa agenda de trabalhos, mas iremos propor na próxima sessão, a criação de um grupo de trabalho para revermos todo o regimento o mais cedo possível.

**Sr. presidente da Câmara** – A Câmara tem mantido um grande empenho na questão dos transportes aéreos e das acessibilidades à ilha Terceira e aqueles que me têm ouvido, sabem que esta matéria tem estado sempre presente nas minhas intervenções públicas.

Em 2019 não estávamos bem e tínhamos algumas esperanças para 2020 mas a Covid-19 chegou, tudo isso morreu e a verdade é que recuámos cerca de uma década em termos de

acessibilidades. Na reunião preparatória desta Assembleia com o grupo parlamentar do Partido Socialista foi decidida uma intervenção sobre o assunto, por isso deixo esta matéria para o grupo parlamentar.

As pragas urbanas não são apenas os ratos, mas também os pombos e as rolas, uma nova introdução na ilha. As pragas são neste momento uma enorme preocupação e temos poucas ferramentas para as combater, dada a legislação existente que não nos permite a utilização de determinados químicos. No caso das aves, a lei é mesmo impeditiva da utilização de qualquer produto tóxico, o que nos deixa numa situação muito difícil.

Sempre tivemos e continuaremos a ter alguns problemas com a gestão do trânsito. Foi preciso passar um cabo de média tensão na zona de Santa Luzia que levou ao encerramento parcial da via durante um período relativamente prolongado mas a situação está já na sua fase final de resolução. Nas duas últimas semanas, as coisas não correram muito bem naquela zona mas tratava-se de uma situação essencial relacionada com a segurança do abastecimento elétrico que não podia sofrer qualquer adiamento sob pena de virmos a ter sérios problemas um dia destes aqui na zona baixa da cidade que recebe energia a partir de um cabo que ali passa. A empresa responsável foi incentivada a proceder à sua instalação o mais rapidamente possível e creio que as coisas estão razoavelmente perto do fim.

Existe outro problema desta natureza aqui na zona do palácio que tem a ver com as águas pluviais e a tampa que costuma saltar lá em cima, outra obra necessária que, infelizmente, está a ser feita com alguma lentidão, mas vamos ver se andamos com isto o mais depressa possível.

Uma outra zona que será também severamente afetada pela substituição da rede de águas, são os acessos à freguesia do Posto Santo. A zona do Espigão vai sofrer obras profundas visto que, para além da degradação do pavimento, é necessária uma melhoria no que diz respeito à segurança do abastecimento de água.

Finalmente e pior do que tudo isto, é uma intervenção muito complicada que teremos que fazer na Ladeira de São Francisco aqui no centro da cidade. Como já devem ter reparado, a calçada está toda revirada e de bico, o que torna o tráfego muito incómodo. Não temos outra solução senão a sua reposição, algo que vamos tentar fazer com o encerramento de meia ladeira de cada vez, e ainda assim haverá um abrandamento da circulação com consequências no acesso à zona baixa da cidade. Sei que é uma intervenção impopular que gostaríamos que não acontecesse mas não temos outra solução porque aquele pavimento não pode continuar assim.

Finalmente e em resposta à intervenção do senhor deputado Nuno Melo Alves relativa à iluminação pública, as opiniões em relação à coloração da luz são muitas e variadas. Creio que a maioria prefere a luz branca a uma mortíca luz amarela mas os gostos não se discutem e cada um fica com o seu. Já o temos feito mas vamos contratar uma empresa da especialidade que percorrerá o concelho à noite para medir a intensidade da luz nos diversos locais com o equipamento adequado e serão introduzidas as correções que se revelarem necessárias.

**Sra. vereadora Fátima Amorim** – Bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores e senhoras membros da Assembleia Municipal.

A Câmara Municipal tem o seu plano e uma equipa que procede à desratização nos espaços públicos de quinze em quinze dias. Aconteceram recentemente dois episódios que nos preocuparam muito, um deles no centro da cidade relacionado com um prédio devoluto. Atuámos na via pública e entrámos em contacto com o proprietário para que fizesse também o seu trabalho no interior do prédio.

Uma outra situação também preocupante aconteceu na zona da Vinha Brava na obra de construção que está a decorrer naquele espaço de restauração onde apareceu um número muito elevado de roedores devido às escavações que lá foram feitas. Chamámos a atenção da empresa responsável pela construção, que deve ter o seu plano de controlo de roedores, e fizemos a nossa parte relativamente ao espaço público. Estivemos em contacto com a Casa de Saúde de São Rafael para que se resolvesse em conjunto o problema que ali se tinha verificado.

Volto a lembrar que a equipa da Câmara Municipal está a proceder à desratização na cidade de Angra de quinze em quinze dias. Temos tido vários pedidos e atuado de imediato e estamos a estudar uma solução relativamente aos pombos, o que não está a ser fácil porque já não é possível a implementação de algumas práticas anteriormente utilizadas. Temos estado em contacto com outras cidades e algumas empresas no sentido de encontrarmos em conjunto a melhor solução para o controlo de pombos na cidade de Angra do Heroísmo, algo que está também a preocupar muitas cidades da Europa.

**Sra. d. m. Marília Vargas** – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e executivo camarário, caros deputados municipais e quem nos ouve lá em casa.

Penso que o doutor Jorge Forjaz já não se encontra na sala mas quero agradecer a sua intervenção e o facto de nos ter dado a conhecer esta situação relacionada com os bolos Dona Amélia. Agrada-me o facto de o senhor presidente da Câmara se ter disponibilizado para tentar resolver esta situação, por se tratar de uma questão de património histórico e cultural, e a bancada do Partido Socialista está disponível para colaborar no que for preciso.

Somos também sensíveis em relação ao ruído e talvez seja bom rever-se o regulamento juntamente com a Câmara do Comércio para se chegar a uma solução de meio-termo que agrade aos residentes do centro de Angra e a todos os munícipes em geral.

Trago aqui também a temática dos transportes, um tema que muito nos tem preocupado nos últimos tempos. Como referiu o deputado Nuno Melo Alves, em maio de 2018 elaborámos uma pronúncia que foi considerada um momento histórico na nossa Assembleia em que todos nos unimos, deixámos de parte os interesses partidários e lutámos pelos interesses do nosso concelho e da ilha Terceira. Todavia, não posso concordar que tudo tenha ficado mal porque obtivemos resposta do Governo Regional a muitas das nossas

reivindicações, mas concordo consigo ao referir que, nalgumas situações, estamos pior do que na altura da criação da referida pronúncia.

Lembro que, devido à interrupção da Linha Lilás, reivindicámos que providenciassem um navio e a linha foi logo retomada no mês de agosto seguinte. Reivindicámos também o terminal de cargas da Aerogare Civil das Lajes e o projeto foi logo adjudicado em julho de 2018. Na altura condenámos também a suspensão da rota Terceira/Porto operada pela SATA, que foi logo retomada, e foi também adjudicada logo a seguir a obra do Porto das Pipas.

O Governo Regional acabou por dar uma ótima resposta à pronúncia da nossa Assembleia Municipal mas há situações piores neste momento como, por exemplo, o final dos reencaminhamentos aéreos gratuitos para os não residentes nos Açores, algo que muito prejudica a nossa economia e o turismo, um assunto que merece um debate urgente.

Estavam previstas para 2020, onze ligações internacionais semanais à Terceira que acabaram por não se concretizar devido à pandemia e estão previstas para o verão de 2022, apenas cinco ligações semanais, o que corresponde a 5% de todas as ligações dos Açores. Em termos comparativos, a ilha de São Miguel tem 25 000 lugares disponíveis enquanto nós temos apenas 1 440 e acabaram também com o modelo marítimo sazonal para o transporte de passageiros e viaturas sem a apresentação de uma solução alternativa.

Temos muitas razões para nos preocuparmos. Tudo isto vai ser muito prejudicial em termos turísticos e económicos para a nossa ilha, por isso a bancada do Partido Socialista propõe que debatamos este assunto com urgência. Como não o podemos fazer hoje por termos uma agenda cheia, à semelhança do que fizemos em maio de 2018, proponho a realização de uma reunião extraordinária desta Assembleia, da qual possa sair mais uma pronúncia com todas as nossas preocupações e reivindicações, e bom seria que acabasse por se tornar numa pronúncia de ilha. É esta a proposta que faço a todos os partidos, demonstrando mais uma vez o meu agrado por partilharmos em sintonia todas estas preocupações.

**Sr. d. m. Tomaz Dentinho** – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia doutor Domingos Cunha, senhor presidente da Câmara professor Álamo de Meneses, caríssimos membros da Assembleia Municipal e público aqui presente.

Começo por abordar as questões dos transportes e da centralidade da Terceira. Está provado e é evidente que a liberalização dos transportes aéreos e dos portos leva a uma melhor solução neste momento de inovação tecnológica. Querem ver a Ryanair e o desenvolvimento turístico dos Açores depois da liberalização? É evidente que é preciso liberalizar internamente as rotas do transporte aéreo das ilhas. Querem andar mais dez anos nesta teimosia? Com a liberalização, a ilha Terceira ganha peso.

É preciso estudar o impacto da liberalização do transporte aéreo e marítimo. Não se justifica que o porto de Angra do Heroísmo seja mais caro do que o porto da Praia da Vitória e que este seja mais caro do que o de Ponta Delgada. Como se fez durante muito tempo no mundo, há um propósito claro de planeamento da região em que se tenta centralizar no polo mais desenvolvido, pensando que assim se difunde o desenvolvimento. Está provado que não

é assim e nós testemunhámos isso com o *boom* turístico que tivemos quando liberalizámos os transportes. Não tem a ver com esquerda e direita, tem a ver com a utilização do instrumento preciso para satisfazer o desenvolvimento, corrigindo depois aspetos de equidade que nem sempre a eficiência traz. É este o estudo que é preciso fazer e é também preciso coragem para avançar com esta hipótese porque temos este problema em várias áreas, na universidade, em todo o lado. Somos limitados por fora para o nosso desenvolvimento.

Meus senhores, ou lutamos por um bom instrumento que não diminui os outros e nos dá liberdade para atuarmos ou continuamos mais dez anos nesta teimosia dos anos 60 e 70 que tiveram a sua época. Devido à inovação tecnológica, temos outras soluções mais adequadas.

Junto agora aquilo que propus e que pode voltar a ser discutido no ponto referente ao IMI. Se for para a frente, será talvez uma das medidas mais importantes que esta Assembleia pode tomar. No fundo, é a aplicação do princípio de Samuelson em que, no que respeita aos bens públicos, o custo marginal tem que ser igual ao benefício marginal; aí é que está o ótimo e para isso temos o instrumento do IMI.

Desde que fiz a proposta à Assembleia há uma ou duas semanas, pensava que não, mas fui estudando e constatei que temos espaço e dispomos dos instrumentos através dos majorantes ou minorantes. Passo a ler: «*A avaliação dos prédios urbanos para efeitos de IMI baseia-se no valor da construção corrigido pelo tipo de uso, localização, idade do imóvel, qualidade e conforto.*» Nós podemos interferir neste índice de qualidade e conforto, pondo majorantes e minorantes. «*A fórmula tem servido mas pode ser ajustada para melhorar a eficiência, equidade e sustentabilidade dos investimentos municipais. Na verdade, basta que o coeficiente de qualidade e conforto ou os majorantes e minorantes distingam claramente a qualidade dos edifícios que dependem das melhorias feitas pelos próprios e das melhorias introduzidas pelo município, como sejam: saneamento, passeios, vias, estacionamento próximo, recolha de lixo, iluminação, etc.*»

Não faz sentido que todo o município pague a iluminação até uma casa que está lá longínqua só porque alguém a lembrou, mesmo que essa casa pertença a uma pessoa com posses. A melhor eficiência que introduzimos aqui é a concentração nas freguesias porque o investimento público abaixo de, genericamente, 20 000 pessoas por km<sup>2</sup>, é muito mais barato do que o investimento feito com menores densidades populacionais. Com esta evidência, mais uma vez é fundamental que promovamos a clarificação da forma de avaliação, separando na qualidade do edifício, aquilo que depende do próprio – porque revela eventualmente uma capacidade para pagar mais IMI por ter piscina e mais isto ou aquilo – e o que depende do município, como sendo os passeios, estacionamento à porta, etc.

No atual enquadramento legal e uma vez que a coleta de IMI teve um aumento substancial, trata-se apenas de criar minorantes para os prédios situados em vias com mais densidade urbana facilmente identificados pela Câmara, que não possuam passeios à medida, parque de estacionamento próprio, saneamento básico, iluminação e redes de dados

adequada ou uma recolha de lixo que, de alguma forma, desqualifique as zonas circundantes porque às vezes há contentores de lixo colocados em cima do passeio, etc.

Talvez não seja possível para este ano mas, se houver um pequeno estudo sobre isto feito pelos serviços da Câmara, haverá certamente uma orientação da reivindicação por parte das pessoas e o município poderá dispor de alguma indicação. Não se pode exigir um passeio num arruamento com apenas três casas quando, por exemplo ali na Terra Chã, existe um grande número de casas sem arruamento com as pessoas em risco de vida todos os dias.

Este é um critério muito simples que os alemães inventaram no século XVIII, talvez por isso é que sejam ricos. É o chamado «Cameralismo» em que, no fundo, a obra pública terá que ser paga pela receita que recebe. É um princípio relativamente simples que podemos implementar com tempo aqui a nível municipal. Não é preciso que aconteça este ano mas, certamente para o ano, poderá dar importantes indicações à Câmara. Teremos uma melhor gestão municipal e orientaremos de forma mais eficaz os investimentos das pessoas para que possam eventualmente escolher uma zona com uma taxa de IMI mais baixa ou passem a pagar um bocadinho mais pelos serviços existentes, se for o caso. Assim, haverá mais dinheiro para construir caminhos e tudo o mais que as pessoas merecem nos seus sítios desde que exista uma densidade urbana que justifique esse pagamento.

**Sr. presidente da Câmara** – Apenas uma brevíssima intervenção para dizer que vale a pena um debate em torno do IMI e teremos ainda hoje a oportunidade de falar do assunto com maior profundidade num dos pontos da nossa agenda de trabalhos.

## **D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1– DA CÂMARA MUNICIPAL**

#### **1.1 – Informação do senhor presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 1 de agosto a 31 de outubro, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara. Para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. presidente da Câmara** – Este período foi relativamente curto desde a última sessão da Assembleia e a atividade do município tem decorrido com toda a normalidade apesar de, nesta altura, a generalidade das obras em curso estarem a decorrer com algum atraso em relação aos calendários que estavam contratualizados. Esses atrasos resultam essencialmente de questões relacionadas com pessoal e de outras situações de logística que envolvem a introdução de materiais vindos do exterior, como é o caso do arrelvamento dos campos municipais em que a relva sintética chegou com cerca de seis meses de atraso em relação ao que estava contratado, e também ainda não recebemos os tetos e alguns dos equipamentos que já deveriam estar instalados nas piscinas municipais.

São estes os problemas que se têm verificado na generalidade das obras. Como estes atrasos não podem ser imputados ao dono da obra, não haverá custos acrescidos para o

município porque são os empreiteiros que os suportam, mas há consequências do ponto de vista da sua capacidade financeira. Isto começa a gerar-nos alguma preocupação, não tanto na esfera estritamente municipal, mas com o surgimento de problemas económicos que eventualmente terão repercussões no próximo ano, e esta Assembleia deve estar atenta a esta situação. Localmente pouco podemos fazer, particularmente na vertente da logística, porque há também atrasos na fabricação e situações derivadas do estado atual da economia em geral.

Há um trabalho na área do pessoal que terá que ser feito porque não faz muito sentido que continuemos a receber diariamente pedidos de emprego, constatando situações aparentemente desesperadas de quem não consegue trabalhar, enquanto os empreiteiros aqui ao lado dizem que não há pessoal. Como é óbvio, nem todos os que procuram emprego, têm condições físicas para trabalharem nas obras e há um trabalho a ser feito essencialmente pelo Governo Regional que tem à sua conta a gestão deste dossiê. Existe uma dessincronia entre a oferta e a procura na área do emprego com consequências já preocupantes em alguns setores.

Houve ainda atrasos no arranque de algumas obras, a que mencionei há pouco referente ao arranjo da zona do Espigão no acesso à freguesia do Posto Santo e a intervenção na Ladeira de São Francisco aqui ao lado que já deveria estar concluída.

Outra obra que gostaríamos de ter visto arrancar é, por exemplo, a recuperação da igreja de Santo António dos Capuchos, a antiga igreja do Livramento, que é para mim muito importante. Está adjudicada há quase um ano e ainda não foi possível arrancar com a obra. É mais uma situação preocupante porque o empreiteiro começa a ter sérias dificuldades em manter preços e condições e há aqui uma responsabilidade partilhada entre o município, a Direção Regional da Cultura e a Irmandade do Livramento que é o dono da obra. Temos que pôr rapidamente estas três entidades em campo para tentar resolver isto sob pena de a obra se perder porque a adjudicação que foi feita, provavelmente já não terá condições para prosseguir dadas as profundas mutações que têm acontecido nos preços e nas condições das empreitadas.

A obra do mercado municipal é também preocupante e tem um atraso muito significativo. Dou-vos aqui a informação que foi apresentada uma queixa junto da UNESCO, que resolveu abrir um procedimento de esclarecimento que nos obriga à elaboração de um estudo de impacto patrimonial já contratado à universidade de Coimbra. Tem um período estimado em cerca de seis meses, tempo já perdido no arranque da obra que estaria pronta para avançar mas não há condições para tal.

Existe uma outra obra que também ainda não arrancou por razões de oferta e procura no mercado das empreitadas públicas. Trata-se da recuperação da igreja de São João Batista no Castelo que foi já colocada a concurso por duas vezes e em ambas ficou deserto. Estamos com os procedimentos em curso para uma terceira tentativa, vamos ver se o conseguimos desta vez.

A área dos asfaltos tem apresentado também grandes problemas. Neste momento existem apenas duas empresas na ilha com capacidade para produzirem asfalto mas estão com sérias dificuldades no que respeita ao cumprimento de prazos e execução e o chamado «Pacote B» de asfaltos, negociado com as juntas de freguesia há mais de um ano, ainda não se iniciou.

Ficou também atrasada e está agora a recuperar-se a reparação de buracos resultantes de intervenções nas redes de águas. Alguns foram tapados de forma provisória durante meses a fio, uma situação resultante da falta de resposta do mercado em relação a esta matéria. Há aqui algumas situações preocupantes que são um reflexo da Covid-19 sobre a economia e devem merecer a atenção de todos.

Nas questões do pessoal, mantivemos a plena estabilidade sem subidas ou descidas assinaláveis. Creio que tivemos três aposentações e uma entrada e temos em curso dois concursos que foram autorizados na sessão anterior desta Assembleia e ainda não chegaram ao seu termo.

Para terminar, informo que a situação financeira do município se mantém estável sem nada de particular a reportar. Estamos numa época um pouco atípica de fim de ano e daqui por pouco tempo, esta Assembleia receberá as contas do município com uma descrição bem mais aprofundada da situação.

Vamos terminar o ano com cerca de 3,4 milhões de euros em caixa, o que não significa que a Câmara tenha lucro porque este dinheiro está afeto a obras que sofreram atrasos e teria sido integralmente gasto se as mesmas tivessem tido o andamento que esperávamos. Este valor não está a mais e continuará no próximo ano afeto às obras que, infelizmente, também transitarão de ano. Existe muito dinheiro cabimentado para os asfaltos mas está cativo para esse fim e não está executado. Não se entusiasmem porque não temos lucro, o que temos é dinheiro afeto a obras em atraso. De resto, a situação do município é desafogada sem dificuldades ou atrasos em pagamentos, o que nos deixa em plena estabilidade financeira.

**Sr. d. m. Tomaz Dentinho** – Pergunto por que razão as receitas orçamentadas estavam em 2,6 milhões de euros e este ano passaram para 3,7 milhões, o que representa naturalmente um esforço grande para os contribuintes. É o que consta do relatório.

**Sr. presidente da Câmara** – O que acontece é que no início do ano tínhamos feito uma previsão muito conservadora do que seriam as responsabilidades financeiras na devolução do IMI na zona central da cidade cujos residentes puderam pedir a devolução de quatro anos do imposto. Por outras palavras, encolhemos a receita muito substancialmente, pensando que teríamos uma responsabilidade financeira maior do que aquela que até agora se verificou. Contudo, não significa que tal não possa acontecer porque as finanças comunicam-nos as liquidações de impostos com um atraso de 90 dias ou mais e é possível que esse valor não seja real nesta altura; só o saberemos lá para março do ano que vem porque existe sempre um atraso entre a liquidação e a comunicação à Câmara. Nos últimos dois anos, em 2020 e 2021,

introduzimos uma provisão na casa de um milhão de euros para devoluções de IMI e a não concretização leva a isso.

**Sr. d. m. André Castro** – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais. Sendo esta a minha primeira intervenção nesta Assembleia, faço votos de um excelente trabalho em prol deste concelho e aproveito para desejar Boas Festas a todos.

Gostaria de pedir ao senhor presidente da Câmara um ponto da situação relativamente à obra do campo de jogos da Ribeirinha. Tenho conhecimento que foi solicitado à direção do clube para abandonarem as instalações, tendo em vista o início das obras no dia 1 de julho e até à data de hoje as mesmas ainda não foram concluídas.

O senhor presidente já nos falou da situação do relvado sintético mas gostaria que nos adiantasse mais pormenores acerca do que falta. Coloco esta questão porque a situação tem levado a um aumento de despesas para o clube por via dos transportes para deslocação dos atletas ao campo do Porto Judeu, além da redução de receitas, uma vez que o bar do campo não funciona e o clube não obtém esta receita extra. Como todos sabemos, os clubes açorianos, incluindo o Boavista Clube da Ribeirinha, não têm folgas financeiras.

**Sr. vereador Guido Teles** – Muito bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e colegas vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

A obra do Campo de Jogos do Boavista atrasou-se pelos motivos já aqui referidos pelo senhor presidente da Câmara. Houve um atraso na produção da relva sintética e, segundo a indicação que temos, existe apenas uma máquina na Península Ibérica para a remoção do relvado sintético. Essa máquina encontrava-se nas Canárias a efetuar uma operação semelhante e sofreu um atraso de cerca de um mês e meio em relação ao que se previa.

Esta obra foi mais complexa do que a intervenção que fizemos recentemente no Campo do Sport Clube Barreiro no Porto Judeu porque o campo da Ribeirinha sofreu uma série de derrocadas devido às intempéries que ocorreram em 2015. Posteriormente, a obra de contenção daquele terreno acabou por resultar num desnivelamento, o que nos obrigou numa fase inicial, a contratar uma empreitada para nivelar o piso de jogo e proceder à instalação do relvado sintético. Foi tudo contratado ao mesmo tempo, felizmente a obra de construção civil já terminou, a máquina já cá está, está a ser feita a remoção do relvado sintético e vai dar-se início à colocação do novo relvado. Estiveram cá os técnicos da empresa adjudicatária, a MONDO, e contamos ter terminada toda a operação no campo da Ribeirinha no início do mês de janeiro.

Em maio ou junho do ano passado, não estou bem certo, tivemos uma reunião com a direção do Boavista da Ribeirinha, alertando para as possíveis consequências da quebra de receitas devido à demora que uma obra destas pode implicar. O campo de jogos pertence à Casa do Povo da Ribeirinha e à Junta de Freguesia e tivemos que fazer um protocolo com essas duas entidades para a sua integração no parque desportivo municipal e gestão do campo por parte do município.

A nossa política tem sido a ajuda aos clubes a vários níveis, não apenas nas intervenções de maior monta nessas infraestruturas, mas também através de um apoio que concedemos anualmente de cerca de 4 700,00 € para a cobertura de despesas fixas que todos os clubes têm, como a água e a eletricidade.

Existem consequências quando se avança com uma obra destas e a direção do clube, ciente dessas mesmas consequências, comprometeu-se com a Câmara em enfrentar os meses seguintes ao início da intervenção que levaria a uma grande melhoria daquela infraestrutura.

Gostaria ainda de referir que, no âmbito de uma alteração que estamos a fazer em todas as infraestruturas desportivas municipais, aproveitámos para substituir a antiga iluminação deste campo por tecnologia LED, resultando numa melhoria global daquela infraestrutura.

Há, de facto, consequências para o Boavista da Ribeirinha, assim como as houve para o Sport Clube Barreiro do Porto Judeu que teve que jogar noutro campo enquanto decorreu a obra, algo que foi apoiado pelo município no âmbito da gestão do parque desportivo municipal. O Barreiro fez todos os esforços para ultrapassar esse período, angariando receitas através de iniciativas extraordinárias que a direção promoveu.

Embora cientes da quebra de receitas que uma obra destas implica, temos que ter a devida cautela e justiça numa eventual análise de um apoio que possa vir a ser dado ao Boavista da Ribeirinha porque não podemos tratar de forma diferente este clube em relação ao que fizemos com o Sport Clube Barreiro que não pediu apoios extraordinários e teve também um período bastante longo de espera. Infelizmente, as coisas demoram sempre mais do que é inicialmente previsto neste tipo de intervenções e o Sport Clube Barreiro esteve praticamente meio ano sem poder jogar no seu campo nem angariar receitas no seu bar. Há que ter tudo isto em conta no futuro, a parte positiva é que estamos a chegar ao fim desta empreitada no campo do Boavista Clube da Ribeirinha e dentro de muito pouco tempo tudo voltará ao seu funcionamento normal.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves** – A proposta de intervenção e construção do mercado municipal naquele local mereceu consenso alargado aqui na Assembleia Municipal por contraponto à sua construção no Bailão. Contudo, o mesmo não se passou com o projeto em si por opções técnicas, estéticas ou de outro cariz. Gostaríamos de perceber as razões desta queixa à UNESCO e quais as consequências e as componentes afetadas, além do desfasamento do prazo e do estudo de impacto arquitetónico aqui solicitado que poderá resultar num impedimento do arranque da obra. Queremos perceber o que poderá estar em causa na eventualidade de um cenário mais negativo, por se tratar de uma obra com muita urgência.

Recordo que o doutor Jorge Forjaz, que hoje interveio nesta Assembleia, numa candidatura à Câmara Municipal de Angra há cerca de vinte anos, já falava numa intervenção ali no sentido de se criar uma zona de estacionamento e proceder a melhorias muito interessantes no mercado municipal. Isto não é novo, vem sendo debatido desde há largos anos, e quando as coisas pareciam bem encaminhadas, surge mais este problema. Importa

saber do que estamos aqui a falar, que impactos isto tem, que situações concretas foram referidas nesta queixa e que exigências terão sido colocadas por parte da UNESCO. Manifestamos a nossa apreensão em relação a este assunto e queremos ver a situação clarificada o mais rapidamente possível.

**Sr. presidente da Câmara** – Agradeço esta questão que permite colocar perante todos uma situação muito importante que o município tem entre mãos. Não temos acesso à queixa no concreto, porque são essas as regras, mas sei que o problema que está a ser levantado tem essencialmente a ver com o impacto da volumetria do imóvel no contexto da cidade e se haverá grandes variações no trânsito devido à criação de um parque de estacionamento naquele local.

Teremos que responder a um conjunto de questões concretas mas a nenhuma em particular porque foi aprovada uma recomendação a nível internacional sobre o teor dos estudos de impacto patrimonial. O estudo que temos que fazer, uma estrutura muito semelhante à dos estudos do impacto ambiental, tem que cobrir todos os impactos sobre o património classificado, independentemente das vertentes. Olhando para o projeto, para a sua localização, para o que se pretende fazer e conhecendo bem as nossas obrigações perante a UNESCO, não vejo qualquer dificuldade, além de um atraso e uma perda de tempo.

Os técnicos que estão a fazer este trabalho são dois professores da universidade de Coimbra, um de arquitetura, o outro da área das acessibilidades e da engenharia civil. São pessoas ligadas profissionalmente ao património, é essa a sua especialidade, e fazem parte do ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) que é o organismo de aconselhamento da própria UNESCO. Estes técnicos não veem qualquer dificuldade e estão inclusivamente a tentar evitar que se faça o estudo, ou seja, numa primeira abordagem vão tentar explicar a quem de direito que a dimensão da obra não exige um estudo do ponto de vista formal. Se essa posição for aceite, o assunto estará resolvido em meados de janeiro, caso contrário, teremos que seguir todo o procedimento de aprovação do estudo, o que nos levará provavelmente até meio do próximo verão.

Não antevejo nenhuma necessidade de alteração do projeto que apenas atrasou devido a duas alterações, uma por iniciativa da Câmara relacionada com a aquisição de mais terreno ao Seminário, a outra por solicitação da Direção Regional da Cultura que resultou no rebaixamento em cerca de 50 cm da totalidade do edifício. Essas alterações foram já feitas e creio que dão resposta às principais preocupações que, legitimamente, deveriam ser apontadas. Na melhor das hipóteses teremos isto resolvido algures em janeiro, no pior dos cenários, será no fim do verão. É para aí que as coisas apontam.

**Sra. d. m. Luísa Barcelos** – Bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros membros da Assembleia. Foi-nos dado conhecimento das várias intervenções e empreitadas em curso por parte da Câmara Municipal mas peço também um ponto da situação a respeito da obra do troço viário entre a Ladeira da Pateira desde a taberna do Roberto à TERAUTO na Vinha Brava. Esta situação havia já sido comunicada pelo grupo municipal do PSD em junho do corrente ano e tem motivado várias

queixas, não apenas por parte dos habitantes do Posto Santo e da Conceição, mas também por todos os condutores que fazem esse percurso diariamente. Lembro que aquela é uma via de acesso entre o município e as freguesias da costa noroeste do concelho.

**Sr. presidente da Câmara** – Partilho essa preocupação porque sou também utente dessa via. Por se tratar de uma estrada regional, levantei esta questão por várias vezes junto do Governo Regional. Tirando algum buraco resultante de intervenções respeitantes a águas, que a Câmara tem tapado religiosamente, nada mais temos a fazer. Agradeço e sou solidário com a sua preocupação, apresentemo-la ao Governo Regional.

*Terminadas as intervenções, a informação da Atividade Municipal foi considerada apreciada. (57/2021/AMAH).*

## **1.2 – Regulamento de Isenções de Impostos Municipais do Município de Angra do Heroísmo. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. vereador Guido Teles** – Este primeiro regulamento resulta de uma exigência legal desde o ano 2018 e aparece sobretudo devido à necessidade de aprovarmos uma condição especial para a aplicação de derrama no concelho.

Em Angra do Heroísmo temos fixada uma taxa de derrama de 1,5% que não é aplicada às empresas com sede no concelho. Segundo o estatuto dos benefícios fiscais, esta condição tem que estar prevista num regulamento específico do município, por isso aproveitámos a embalagem e tentámos ir até ao limite das nossas competências no que respeita à previsão de benefícios fiscais no nosso concelho.

Fizemos um trabalho de *Benchmarking*, comparando diversos regulamentos similares existentes no resto do país e tentámos escolher e adaptar as medidas que nos pareceram mais adequadas ao nosso município. Assim sendo, neste regulamento prevemos sobretudo, cinco áreas principais de benefícios fiscais, uma primeira relativa aos apoios à reabilitação urbana e ao combate à desertificação. Nesta matéria está prevista basicamente uma norma habilitante para as deliberações aqui presentes hoje a esta Assembleia. Prevê-se que venha a ser aplicado um minorante à taxa de IMI até 30% para as áreas territoriais correspondentes às freguesias definidas na deliberação que hoje será votada, tendo em vista o incentivo à reabilitação de edifícios. Prevê-se também a possibilidade de um minorante à taxa de IMI aplicável aos imóveis que tenham tido um investimento superior a 50% do seu valor patrimonial tributário nos três anos posteriores à emissão da autorização de utilização após as obras realizadas.

Este regulamento prevê ainda a possibilidade da aplicação de um minorante às freguesias dos Altares, Raminho, Serreta, Doze Ribeiras e Santa Bárbara, a deliberar anualmente pela Assembleia Municipal com o objetivo de combater a desertificação, algo que tem sido aprovado todos os anos e ficará assim previsto neste regulamento de atribuição de benefícios fiscais do município.

Temos uma outra área em que estão previstos vários incentivos fiscais ao investimento e ao desenvolvimento com uma isenção de IMI até três anos para os prédios utilizados pelo promotor na atividade desenvolvida no âmbito de projeto de interesse municipal. A medida consta deste regulamento devido à revogação de um decreto legislativo regional, feita já pelo atual Governo Regional praticamente no início das suas funções, e que previa precisamente o reconhecimento de projetos com interesse regional. Esse diploma era bastante utilizado pelos promotores de investimentos de maior monta em toda a região. Para vos dar dois exemplos, no concelho de Angra, o Hotel Cruzeiro e o Hotel Zenite aproveitaram os benefícios fiscais decorrentes desse diploma.

Prevemos basicamente os mesmos requisitos exigidos nesse diploma a nível regional que foi revogado. O investimento global tem que ser superior a um milhão de euros, devem ser criados dez ou mais postos de trabalho diretos e o projeto tem que gerar um impacto positivo determinado nos termos do que está definido no n.º 3 do artigo 12 do regulamento, ou seja, deve enquadrar-se em, pelo menos, cinco dos vários domínios que aí estão previstos que são basicamente uma transcrição dos domínios já considerados para o reconhecimento de projetos de interesse regional. Nesta matéria temos uma medida mais específica que está sobretudo pensada no âmbito de outro projeto que temos em curso e foi ontem apresentado numa sessão com a presença do senhor Ministro da Ciência e do senhor Presidente do Governo Regional. Trata-se da criação de uma zona livre tecnológica na ilha Terceira, uma iniciativa da Câmara Municipal de Angra que, felizmente, tem sido apoiada e dinamizada desde o início pelo *Air Center*, entidade por nós proposta como entidade gestora. Contará com a parceria do município da Praia da Vitória, das duas incubadoras de base local e do TERINOV, o Parque de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira.

Tratando-se de um projeto predominantemente de investigação nos campos, tecnológico, científico ou do ensino, que decorra das incubadoras de empresas sediadas na ilha, do próprio parque tecnológico ou de uma *spin-off* decorrente da universidade dos Açores, consideramo-lo um projeto de interesse municipal sempre que o investimento global seja superior a 50 000,00 €, sejam criados dois ou mais postos de trabalho diretos e, mais uma vez, se enquadre em cinco dos domínios previstos no artigo que há pouco referi. Prevê-se ainda a tal situação que referi ao início, da isenção total de derrama municipal para os sujeitos passivos com sede no concelho de Angra do Heroísmo. Estas são as medidas no âmbito dos incentivos ao investimento e ao desenvolvimento.

No que respeita aos apoios às famílias e aos jovens, a primeira questão que aparece é também a formalização em regulamento de algo que já se aplicava que era a redução dos custos de contexto em função da dimensão da família, ou seja, o IMI familiar. No fundo, trata-se de uma redução do IMI que vai sendo progressiva em função do número de dependentes do agregado familiar.

Existe ainda uma medida nova que é um incentivo à fixação de jovens proprietários. O proprietário de um prédio urbano habitacional não poderá ter idade superior a 35 anos à data do pedido. Tratando-se de um casal, a soma de idades não poderá exceder os 70 anos. Neste

caso prevemos a isenção de IMI por um período de três anos não renovável, desde que sejam cumpridos os seguintes pressupostos: o valor patrimonial tributário do prédio não exceda os 250 000,00 € e seja atribuído ao prédio um estado de conservação «bom» ou «excelente».

Prevemos ainda um incentivo à moderação dos preços do mercado de arrendamento dirigido aos proprietários dos imóveis, uma preocupação que tem sido comum por parte dos vários partidos políticos. É atribuída uma minoração geral de 10% à taxa de IMI do prédio urbano arrendado para habitação desde que as rendas aplicáveis por parte desse proprietário sejam inferiores às rendas máximas definidas na tabela que consta dos anexos ao regulamento. Esta minoração passa a ser de 20% no caso de jovens enquadrados nos intervalos de idades que há pouco referi.

Prevemos ainda apoios de carácter ambiental, um incentivo à eficiência energética com a possibilidade da aplicação de uma redução da taxa de IMI aos prédios considerados energeticamente. São considerados os prédios que tenham recebido uma classificação energética igual ou superior a «A» e os prédios que tenham sido sujeitos a obras e subido pelo menos duas classes em termos de eficiência energética.

Para finalizar, prevemos também apoios ao património cultural classificado ou afeto a entidades de interesse histórico e cultural ou social local e uma redução da taxa de IMI, sujeita à aprovação anual desta Assembleia, a aplicar aos prédios classificados de interesse público, de valor municipal ou património cultural, desde que não estejam abrangidos pelas isenções previstas no estatuto dos benefícios fiscais.

Este regulamento prevê ainda uma isenção de IMI para os prédios ou partes de prédios afetos a lojas com história reconhecidas pelo município como estabelecimentos de interesse histórico e cultural ou social local que integrem o Inventário Nacional de Estabelecimentos e Entidades de Interesse Histórico e Cultural ou Social Local.

Haverá também apoios específicos para as associações sem fins lucrativos, particularmente os Impérios que são um dos casos mais relevantes a este nível, e ainda uma isenção de IMI por um período de três anos para as associações sem fins lucrativos que desenvolvam atividades de solidariedade social, recreativas, culturais e desportivas, às quais não tenha ainda sido reconhecido o estatuto de utilidade pública. Prevemos também para estas entidades uma isenção de IMT quando ocorram aquisições onerosas de prédios.

**Sr. presidente da Câmara** – Com a permissão do senhor presidente da Mesa, passarei a ler parte do n.º 1 do artigo 18º porque existe um lapso no documento que foi distribuído: «*Os proprietários de prédio habitacional em que, na data de apresentação do pedido, tenham idade até aos 35 anos ou casais jovens não separados judicialmente, pessoas e bens ou união de facto cujo somatório de idades não ultrapasse os 70 anos.*» Há aí uma repetição da frase.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves** – Pergunto se não haverá um segundo erro na transcrição da alínea b) deste artigo 18 n.º 1 porque, segundo a informação que temos, é que na reunião de Câmara tinha sido proposta pela bancada da coligação, uma alteração para que a alínea b) passasse a ter uma redação de modo a que a expressão do estado de conservação «bom» ou «excelente» nos termos da legislação aplicável fosse substituída pela licença de habitabilidade

como um fator definidor do estado do prédio e não apenas uma referência mais lata à legislação. Parece-nos uma melhoria que, por um lado, facilitaria a tarefa do município na avaliação da boa aplicabilidade deste regulamento e por outro, ajudaria na instrução do processo por parte dos proprietários preponentes à isenção. Estamos em sintonia com o que foi proposto pela Câmara Municipal mas gostaríamos de saber se não se trata de um lapso, já que nos foi transmitido que esta proposta teria sido aceite e bem recebida.

**Sr. presidente da Câmara** – Foi de facto aceite a proposta feita em reunião de Câmara porque na redação inicial constava apenas «excelente», a expressão que consta também na lei, e acrescentámos o «bom» conforme foi proposto.

Não se faz menção à licença de habitabilidade porque há muitos prédios em ruínas e essa licença não caduca com a ruína do prédio, apenas devido a um ato administrativo qualquer. A proposta apresentada pela senhora vereadora Brites Cunha foi aceite de bom grado em que se acrescentou o «bom» que elimina a restrição que referíamos inicialmente. Significa apenas que o prédio pode ser habitado, ou seja, estamos assim a dizer que um prédio bom é aquele que estiver em condições para lá se viver. A referência à licença de habitabilidade acaba por ser irrelevante e contra producente aqui porque não significa que o prédio esteja em condições. O proposto foi cumprido e aceite.

**Sr. d. m. Tomaz Dentinho** – Este regulamento apresenta uma orientação geral que parece bem, é aceitável por todos e orientado para as pessoas mas refere-se a prédios o que, em primeiro lugar, cria uma situação de relativa injustiça porque não resolve o problema da pobreza e da habitação social e pode ser muito difícil de aplicar.

A minha sugestão é que estas medidas sejam monitorizadas na sua eficiência e eficácia porque é possível que a máquina administrativa criada para tratar e fiscalizar estas questões, torne mais caro ou até insuportável o serviço da Câmara e podemos, a curto prazo, vir a ter um serviço dispendioso sem o efeito pretendido nos grupos em que se pretende melhorar. É o que temos mas eu preferia um regulamento mais baseado na questão do ordenamento, naturalmente complementado com outras medidas, e não fosse tão confuso porque pode tornar-se inviável.

Pedia que fosse monitorizada a efetividade destas medidas, quantas pessoas acederam a cada uma, qual a rotatividade, etc., para depois avaliarmos a eficácia do regulamento. Estamos e bem, a tentar reduzir o despovoamento que tem a ver com coisas muito concretas e combate-se com a criação de emprego e não nos devemos direcionar para soluções que não são efetivas.

Segundo ponto, a questão fundamental acerca da eficiência ambiental das casas não tem a ver com o gasto que as pessoas fazem, mas com a altitude a que as mesmas são construídas. Uma casa mais alta é mais ineficiente em termos energéticos porque há um grau que se perde em cada cem metros de altura.

Terá que haver algum cuidado na monitorização deste regulamento para apurarmos a sua efetividade na altura própria. Há aqui naturalmente boas intenções mas duvido que surtam efeitos em termos dos objetivos e dos grupos que se pretendem atingir. Os jovens vão

construir num terreno dos pais situado no Raminho ou nos Altares e depois aquela casa não é vendável. Há sinais que levam a mau gasto por parte dos particulares e estão à vista. Vemos o país ocupado com casas que depois não são vendáveis, ardem nos incêndios ou ficam em ruínas passados uns tempos, justamente porque foram construídas em locais onde não era criado mais emprego.

Há algum cuidado a ter nestas elaborações porque, no fundo, se trata de um impacto de longo prazo que a habitação e a malha urbana sempre têm e os sinais que a Câmara dá, podem também tornar-se nefastos a longo prazo, não sendo propriamente benéficos para aquilo que se pretende atingir inicialmente com este regulamento.

**Sr. d. m. José Miguel Toste** – Bom dia Exmo. senhor presidente e senhores membros da Assembleia, Exmo. senhor presidente da Câmara Municipal e Exmos. senhores vereadores.

Começo por destacar as vantagens deste regulamento em termos de clarificação daquela que é a atividade do município. Como foi referido na apresentação, alguns desses benefícios fiscais estavam já atribuídos e a sua regulamentação e publicação torna mais fácil o acesso por parte dos munícipes.

Esta iniciativa foi impulsionada pela derrama mas o município não se ficou por aí; procurou abranger outras áreas de atuação, estabelecendo aqui um conjunto de isenções que vão muito para além da isenção de pagamento da derrama aos sujeitos passivos com sede social no município, com especial destaque para os incentivos à fixação de jovens proprietários.

Há aqui ainda questões importantes relativas à moderação dos preços do mercado das rendas, uma preocupação que me parece transversal a todas as forças políticas aqui representadas. Destacamos também neste regulamento a questão ambiental e a concretização das medidas que estavam refletidas no programa eleitoral que foi a votos, nomeadamente os apoios aos jovens que mereciam um grande enfoque. Este grupo municipal do Partido Socialista manifesta a sua satisfação ao ver refletidas neste regulamento, algumas das medidas que foram votadas pelos nossos munícipes.

No que respeita às questões da reabilitação urbana e do combate à desertificação com os apoios ao investimento e desenvolvimento, destacamos o facto de a Câmara Municipal se substituir de certa forma àquele que, no fundo, foi um recuo nas matérias dos projetos de interesse regional, criando aqui uma figura do projeto de interesse municipal. O seu âmbito de aplicação é naturalmente mais limitado em relação aos PIR (Projetos de Interesse Regional) mas salvaguarda-se aqui uma capacidade do município na captação de algum investimento. Estas isenções e esta articulação substituem os Projetos de Interesse Regional que deixaram de existir e, no âmbito do projeto de interesse municipal, cria-se um regime excecional para as empresas com sede no TERINOV e na StartUp Angra.

**Sr. presidente da Câmara** – A questão essencial colocada pelo senhor deputado Tomaz Dentinho, que é a comunicação à Assembleia, está contemplada no artigo 38.º em que é dito que a Câmara apresenta anualmente à Assembleia o relatório dos benefícios concedidos.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves** – Há questões que são agregadas pela primeira vez neste regulamento mas existem muitos aspetos que vêm sido votados favoravelmente pela Assembleia Municipal desde há vários anos. Não há propriamente aqui novidades, concretamente no que diz respeito às isenções ou reduções do IMI, sendo as territoriais um prolongamento natural daquelas que já constavam no que é aqui hoje apresentado no Ponto 1.5 e não num regulamento específico onde foram agora agrupadas com as vantagens e desvantagens que daí ocorrem.

O documento foi aprovado por unanimidade. (58/2021/AMAH).

### **1.3 – Alteração ao Regulamento Municipal de Taxas de Angra do Heroísmo. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. presidente da Câmara** – As alterações efetuadas neste regulamento são muito pontuais; uma já existia, está relacionada com os bombeiros voluntários e constava de um protocolo celebrado em 2004 entre os antigos Serviços Municipalizados e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários que foi sujeito a votação à Assembleia Municipal mas nunca fora publicado e não estava transparente. O que estamos a fazer aqui é incluir ou carrear para o regulamento municipal todas as questões relacionadas com taxas, praticamente mais um resultado da internalização dos Serviços Municipalizados.

As situações novas aqui existentes dizem respeito aos jovens e constam da alteração ao artigo 9.º com a introdução de uma isenção total de taxas para a reabilitação por jovens de imóveis com mais de trinta anos, ou seja, anteriores a 1990. Isto tem a ver também com o Plano Nacional de Reabilitação e Regeneração Urbana em que está a ser usada a mesma métrica.

A bonificação tarifária para as famílias numerosas que tenham mais do que dois elementos do agregado familiar com idade igual ou inferior a 18 anos já se encontrava no regulamento anterior e está a ser aqui devidamente sistematizada.

Foi efetuada uma alteração no artigo 14.º que tem a ver com a introdução de uma nova realidade, o cartão europeu de estudante que a universidade dos Açores passou a utilizar, mas isto não se traduz em nada de substancialmente novo.

O artigo 18.º refere os direitos de passagem. Em anos anteriores tínhamos optado por não cobrar direitos de passagem às empresas de telecomunicações que utilizam as condutas e as ruas da Câmara que pode impor uma taxa de compensação até 0,25% do valor da faturação. As empresas tinham a faculdade de fazer refletir essa taxa nos seus clientes mas, no Orçamento de Estado, foi introduzida uma norma que proíbe expressamente essa prática. A proposta de orçamento de Estado para 2022 dava um prazo ao Governo para regulamentar os direitos de passagem. Como o orçamento não foi aprovado, esta matéria ficou em aberto mas neste momento as empresas não podem fazer refletir esse valor diretamente nas faturas.

A aplicação dos direitos de passagem aqui em Angra não tem um impacto direto sobre a faturação a nível global, por isso os angrenses não são beneficiados nem prejudicados com a introdução desta taxa. O valor não é significativo, estamos a falar em 25 cêntimos por cada 100 euros de faturação, mas parece-me justo que essas empresas paguem porque uma boa parte dos buracos e dos problemas que temos aí nos caminhos devem-se também à passagem das suas condutas e este é um modesto contributo para o serviço que o município lhes presta.

O conteúdo constante do artigo 19.º é também algo que vem sendo aplicado desde 2016 e não há aqui nada de novo. A EDA paga ao município pela distribuição de energia porque, no caso do continente, a legislação nacional diz que a distribuição de energia em baixa tensão é competência dos municípios que a podem concessionar a empresas. Visto que a EDA é concessionária da distribuição de energia no concelho de Angra, deve pagar o valor correspondente a essa mesma concessão e compensar o município pelos problemas criados com a abertura de valas. A vala de Santa Luzia, de que há pouco falávamos, tem origem exatamente nela.

Finalmente e no que toca à tabela referente a raquetas, toucas e outras coisas menores, apenas é feita uma alteração substancial que tem a ver com as licenças de táxis. Foi celebrado um protocolo entre o município e a APALIT, a associação representativa dessa atividade, visando a redução do número de táxis.

Em 2014 tínhamos 64 táxis, vivia-se um período de grande crise económica, os taxistas tinham sérios problemas em manter-se em atividade e o município pagou 20 000,00 € a cada taxista para sair do mercado, ou seja, comprou de volta as licenças que tinha concedido. O objetivo era atingir os 50 táxis em atividade mas houve um problema administrativo que levou a que duas pessoas fossem consideradas em tempo igual e acabámos por pagar mais uma licença.

Neste momento existem 49 licenças de táxis ativas no concelho de Angra, das quais, duas estão fora de circulação devido ao falecimento de dois taxistas e as famílias não estão interessadas em manter o negócio. Resumindo, esta Assembleia fixou um teto de 50 licenças, uma está livre e duas estão entregues mas sem uso.

Não há falta de licenças no mercado. Se alguém quiser uma nova licença pode negociar entre privados, pagando apenas o valor de 13,60 €, que é a transferência de registo para outra pessoa e a Câmara não se envolve na negociação, mas não faz sentido que, após estes anos a pagar 20 000,00 € por cada táxi que terminasse a sua atividade, a Câmara conceda novas licenças a 13,60 €. Tratar-se-ia claramente de um abuso de utilização dos dinheiros públicos quando existem licenças disponíveis no mercado, razão pela qual se está aqui a fixar em 20 000,00 € o valor das novas licenças. Sendo feito entre privados, a Câmara não tem qualquer controlo ou intervenção no negócio.

Além da justiça que é feita nesta matéria, há uma vantagem adicional em balizar o valor das licenças existentes. Se estas senhoras que ficaram viúvas pretenderem vender as respetivas licenças de táxi, terão aqui fixado um teto, um valor de referência. Até agora ninguém precisava de comprar a outro quando podia vir à Câmara adquirir uma licença por

13,60 €. O dono de um táxi fica assim com a sua propriedade mais valorizada porque a Câmara deixa de concorrer ilegitimamente nesse mercado. Diria que esta é a única alteração de substância neste regulamento.

**Sr. d. m. Tomaz Dentinho** – Qual é o valor de mercado das licenças de táxi atualmente e antes da crise?

**Sr. presidente da Câmara** – As licenças de táxi nunca tiveram um valor devidamente esclarecido antes da crise porque o município concedeu licenças a 13,60 € durante muitos anos, o que levou a um aumento sem controlo de licenças até às 64, originando uma enorme desvalorização do negócio. Quem fosse possuidor de uma licença de táxi não tinha qualquer expectativa em vendê-la quando o potencial interessado podia vir à Câmara e obter uma por 13,60 €.

As licenças de táxi nunca tiveram um valor definido. Em 2014 quando se negociou o acordo com a APALIT para redução das licenças, estimámos em cerca de 4 000,00 € o lucro anual que nos foi indicado pelos taxistas e pagámos-lhes cinco anos antecipados de atividade para saída do mercado. Foi esse o critério que levou inicialmente à fixação daquele valor.

**Sr. d. m. Tomaz Dentinho** – Qual o número de táxis que a Câmara considera razoável para o município de Angra para depois calibrar esse valor?

**Sr. presidente da Câmara** – Em 2014 esta Assembleia fixou em 50 o número de táxis no concelho de Angra, tendo a Praia da Vitória estipulado 36.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves** – Manifestamos a nossa concordância em relação a alguns aspetos deste regulamento e mantemos distância relativamente a outras situações. Foram parcialmente acolhidas algumas sugestões feitas em sede de Câmara e o sentido de voto das bancadas da coligação neste Ponto 1.3 será de abstenção.

*O documento foi aprovado por maioria com 26 votos a favor, (sendo 22 do PS e 4 do PSD) e 13 abstenções, (sendo 9 do Partido Social Democrata, 3 do CDS-PP e 1 do deputado do PPM). (59/2021/AMAH).*

#### **1.4 – Aplicação de regime de derrama para 2022. Para autorização do órgão deliberativo nos termos da alínea d) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 setembro.**

**Sr. presidente da Câmara** – A proposta da Câmara é a manutenção exata do que temos vindo a fazer nos últimos anos, ou seja, isenção total aos residentes fiscais no concelho e aplicação de 1,5% às empresas que não tenham aqui a sua sede fiscal mas possuam cá estabelecimento estável.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves** – A aplicação por parte da Câmara, destas taxas mais favoráveis aos munícipes tem merecido uma apreciação positiva por parte destas bancadas. Estamos em total concordância com este princípio e temos votado favoravelmente esta

medida ao longo dos anos. Mantendo-se a mesma filosofia de aplicação destes impostos, o nosso voto continuará favorável.

*O documento foi aprovado por unanimidade. (60/2021/AMAH).*

### **1.5 – Proposta de taxas do IMI para 2022. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos do artigo 112.º – A, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.**

**Sr. presidente da Câmara** – Damos também aqui continuidade às políticas que vêm sendo seguidas. Mantemos a taxa do IMI no seu valor mínimo com a aplicação dos minorantes na zona classificada e nas freguesias do noroeste do concelho, havendo apenas uma alteração que é um alargamento na aplicação do minorante em relação aos prédios que sofram operações de reabilitação, uma questão nova que tem a ver com o regime jurídico da reabilitação urbana. Tirando isso, mantemos rigorosamente o que tem sido aplicado em anos anteriores.

**Sr. d. m. Tomaz Dentinho** – Votarei naturalmente a favor porque não houve tempo de introduzir as alterações que referi no ponto anterior à Ordem de Trabalhos mas fico à espera que este estudo seja feito e seja possível no próximo ano ajustar os minorantes do IMI de acordo com o desempenho da Câmara em termos de provisão dos serviços públicos por cada troço de rua porque há uma parte do valor das casas que depende diretamente da existência de passeios, espaços de estacionamento, etc., e não faz sentido que essas casas paguem um valor de IMI sem ter em conta estas situações. Ao mesmo tempo, alerto a Câmara e a Assembleia para perceber quais os troços de rua e as áreas das freguesias que, de alguma forma, estão subprovidas dos bens públicos a que os munícipes têm direito.

**Sr. presidente da Mesa** – Gostaria de fazer um pequeno esclarecimento ao senhor deputado Tomaz Dentinho. A sua primeira proposta que foi remetida para a Assembleia Municipal, foi apreciada, analisada e discutida na Conferência de Líderes. Como implicava questões do ponto de vista de fórmulas e avaliações e tivemos dúvidas acerca da nossa legalidade para intervirmos nessa matéria, ficou deliberado que pedíssemos um parecer jurídico à DROAP para podermos fundamentar e agendar essa proposta para uma próxima reunião da Assembleia Municipal, o que ainda não aconteceu porque estamos a aguardar esse parecer.

**Sr. d. m. Tomaz Dentinho** – Fui aprofundando o conhecimento, conversando com várias pessoas e para o ano haverá espaço para usarmos o instrumento dos minorantes para introdução desses critérios. Se a Assembleia e o conjunto de munícipes assim o entenderem, podemos solicitar junto do Ministério das Finanças que fique explicitamente separado nos coeficientes de avaliação dos imóveis o que é o melhoramento privado, ou seja, as intervenções no prédio por parte do proprietário, e aquilo que é o melhoramento público. Esta segunda parte dependerá naturalmente do diálogo com o Ministério das Finanças.

Atualmente e uma vez que temos um IMI relativamente elevado, já é possível introduzir algum sinal de gestão municipal um pouco mais eficiente, equitativa e sustentável através deste instrumento dos minorantes que já é aplicado por esta Assembleia. Só faz sentido que isto seja introduzido apenas para o ano porque é preciso algum tempo para estes ajustes e para a realização de um estudo.

**Sr. presidente da Mesa** – Aguardemos a resposta e o parecer que for emitido pela DROAP sobre essa matéria.

**Sr. d. m. José Miguel Toste** – Intervenho para manifestar a concordância do grupo municipal do Partido Socialista com esta proposta, destacando no fundo, a grande vantagem em mantermos nos mínimos a taxa de IMI no nosso município.

No seguimento da intervenção do senhor professor Tomaz Dentinho e à semelhança do que foi manifestado pelo senhor presidente da Câmara, esta bancada está disponível para, ao longo do próximo ano, trabalhar conjuntamente na elaboração de uma proposta a apresentar a esta Assembleia sobre a possibilidade de procedermos a alterações ao nível da avaliação imobiliária para efeitos de IMI.

*O documento foi aprovado por unanimidade. (61/2021/AMAH).*

**1.6 – Proposta de fixação em 0,25%, o percentual da taxa municipal de direitos de passagem para 2022. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 setembro, do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004 de 10 de fevereiro e do artigo 18.º do Regulamento Municipal de Taxas de Angra do Heroísmo.**

**Sr. presidente da Câmara** – Esta matéria requer um continuado acompanhamento por parte da Câmara e da Assembleia Municipal porque depende de algum fluxo legislativo e não sabemos qual será o Orçamento de Estado para 2022. Caso se mantenham as intenções, o Governo terá ainda que legislar sobre esta matéria.

**Sr. d. m. Tomaz Dentinho** – Sabendo que estas empresas são, na sua maior parte, monopolistas, se todos os municípios aplicarem esta derrama, mais tarde ou mais cedo elas vão subir os preços.

**Sr. presidente da Câmara** – Todos os municípios já o fizeram.

**Sr. d. m. Tomaz Dentinho** – Então sabemos que isto se vai repercutir nos preços e na negociação que se fizer entre a entidade reguladora e estas empresas. Convém que o município esteja atento a essas negociações para que esse argumento não surja como elemento de aumento dos preços. As empresas vão tentar fazê-lo mas cabe à entidade reguladora controlar esse comportamento.

*O documento foi aprovado por unanimidade. (62/2021/AMAH).*

**1.7 – Abertura de vagas no Mapa de Pessoal da CM para 2022, tendo em vista a introdução de vários postos de trabalho. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea o), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. presidente da Câmara** – Este é um pedido de autorização à Assembleia para que a Câmara proceda a nove alterações no seu quadro de pessoal. Duas dessas alterações destinam-se à transformação de lugares da categoria de assistente operacional em assistente técnico já que, dois dos nossos trabalhadores conseguiram concluir o seu 12.º ano e têm condições para serem promovidos para essa categoria. Não há aumento do número de lugares, apenas é criado um lugar de assistente técnico e extinto o correspondente lugar de assistente operacional. Das restantes sete vagas, duas destinam-se a canalizadores porque o nosso grupo do setor das águas está bastante envelhecido. É uma profissão que demora algum tempo a aprender, por isso pretendemos colocar duas pessoas mais jovens neste setor para que o serviço continue garantido quando os atuais se aposentarem, provavelmente num horizonte de um par de anos.

Pretendemos contratar também uma pessoa para colaborar na gestão e apoio às atividades artísticas do Teatro Angrense e do Centro Cultural e ainda um trabalhador para o canil municipal, uma área onde temos sérios problemas e se vive uma situação dramática devido ao excesso de animais. Comprámos um canil novo este ano que não demorou dois meses a encher e precisamos de mais um trabalhador para este setor.

Pretendemos ainda contratar um técnico superior para a área da gestão de energia, da eletricidade de potência ou eletromecânica, um dos setores que implica o pagamento de grandes faturas de energia por parte do município. Refiro-me à gestão da energia elétrica desde a iluminação pública até às bombas de elevação de água e esgoto, um setor extremamente caro que nos gera também uma fatura energética pesadíssima.

A outra área é a gestão da frota automóvel, particularmente no que diz respeito à utilização de combustíveis. Isto levará a um aumento transitório do número de trabalhadores da Câmara já que, como disse, se prevê a aposentação de mais um grupo de funcionários na área das águas, mas o número tenderá a reequilibrar-se em 2023.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves** – Pelas informações que temos a respeito dos meios operacionais, estas alterações parecem-nos necessárias e poderão até pecar por tardias e insuficientes. Têm sido feitas algumas reestruturações no município, como a recente internalização dos Serviços Municipalizados, o que permite uma melhor reafetação e aproveitamento de recursos que são bem-vindos e deveriam ter acontecido mais cedo. Caso estas reestruturações não se revelem ainda suficientes, cá estaremos para o reconhecer.

**Sr. d. m. José Miguel Toste** – Congratulo-me com o facto de, duas das vagas aqui previstas significarem a progressão de dois trabalhadores da Câmara, de assistentes operacionais para assistentes técnicos. É de louvar a valorização destes profissionais por parte da autarquia e a formação que os mesmos terão obtido ao longo da sua vida enquanto trabalhadores desde município.

Faço uma segunda observação para destacar também a existência de uma vaga de técnico superior na área da gestão de energia, um dos setores com enormes custos para o município e onde se levanta sempre um conjunto de problemas, nomeadamente em relação à iluminação pública, um assunto já debatido hoje aqui ao longo desta manhã. É importante ter alguém com conhecimentos técnicos que ajude o município a encontrar as melhores soluções nesta área.

O documento foi aprovado por unanimidade. (63/2021/AMAH).

**1.8 – Regulamento dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços do município de Angra do Heroísmo. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. vereador Guido Teles** – As alterações a este regulamento são de pequena monta e resultam de uma aprovação por unanimidade em sede da Câmara Municipal. No artigo 3.º é feita uma alteração ao horário de funcionamento das esplanadas que passam a poder funcionar apenas até às 2 horas da manhã.

No Grupo 3 de estabelecimentos clarifica-se algo que, na prática, já decorria. A PSP levantou por diversas vezes o problema de despachos com dezenas de anos vindos de membros de executivos anteriores que permitiam o funcionamento da discoteca Twins até às 6 horas da manhã. Esse despacho vinha sendo executado de forma continuada de ano para ano e a PSP tinha dúvidas quanto à sua aplicação porque o regulamento previa que os estabelecimentos do Grupo 3 funcionassem apenas entre as 16 horas e as 4 horas da manhã. Na sequência do pedido e do parecer da PSP, fica assim clarificado em regulamento que estes estabelecimentos podem prolongar o seu horário de funcionamento até às 6 horas da manhã no dia imediato às sextas-feiras, sábados e vésperas de feriados.

Prevê-se também aqui a proibição de disponibilização de bebidas a partir das 22 horas em recipientes de vidro ou metal que não sejam para consumo dentro dos estabelecimentos e clarifica-se a obrigatoriedade de afixação dos mapas de horário de funcionamento dos estabelecimentos, bem como das regras de fiscalização que decorreram também desse parecer da Polícia de Segurança Pública.

São adicionados ao Grupo 4 da tabela, os estabelecimentos que podem funcionar 24 horas por dia todos os dias da semana com serviços de entrega ao domicílio e entrega a viaturas, ou seja, os serviços *Take Away*, *Eat Drivers* e *Drive Through*, algo que não estava previsto e que, no fundo, decorre do aparecimento de vários estabelecimentos enquadrados nestas vertentes.

**Sra. d. m. Séfora Costa** – Boa tarde senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, restantes membros da Assembleia e demais convidados.

Intervenho em representação da freguesia de São Mateus da Calheta devido às inúmeras queixas que temos recebido por parte dos moradores na zona circundante ao Porto, relacionadas com o ruído provocado pelos cafés lá existentes. Penso que a situação foi já comunicada à Câmara Municipal e à própria PSP que já não consegue intervir neste sentido.

Peço a atenção da Câmara Municipal aos consecutivos pedidos que têm vindo a ser feitos pelos moradores para que, de alguma forma, seja regulamentada ou controlada esta situação do ruído que se intensifica cada vez mais. Ainda ontem recebi um pedido de ajuda e existe uma moradora que teve uma bebé recentemente, por isso peço a vossa atenção relativamente a esta situação.

**Sr. vereador Guido Teles** – A Câmara Municipal tomou conhecimento do problema e tem agido dentro das suas possibilidades. Aprovou em reunião de Câmara uma restrição do horário de funcionamento desse estabelecimento em concreto e, na sequência de autos da PSP, tem aplicado coimas à sua proprietária. Tivemos já uma reunião com a PSP sobre este assunto e, de acordo com os termos legais, na existência de mais um auto emitido por esta entidade que comprove a persistência dessa infração, temos condições legais para aplicar medidas mais duras a esse estabelecimento.

*O documento foi aprovado por unanimidade. (64/2021/AMAH).*

### **1.9 – Alteração ao Regulamento Municipal de Prémios de Mérito Escolar e de apoio à Frequência de Estudos Pós-Secundários e Superiores. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. vereador Guido Teles** – Tratando-se de uma alteração que envolve várias matérias, optámos pela elaboração de um novo regulamento que revoga o anterior mas mantém, no essencial, o regime que estava em vigor.

O que há de novo neste regulamento é que os alunos candidatos a cursos de especialização tecnológica podem ser também beneficiários dos apoios que estão previstos no regulamento do «estuda+». O regulamento era aplicável aos alunos que frequentavam estabelecimentos de ensino superior e aos que prosseguiam estudos pós secundários mas não se falava em concreto dos CET (Cursos de Especialização Tecnológica) que agora ficam também abrangidos.

Foi feita uma revogação que era natural do regime excecional de candidaturas ao «estuda+» que fora aprovado devido às perdas de rendimentos das famílias em consequência da Covid-19. Na altura aprovou-se um regime que permitia a apresentação de candidaturas por parte dos alunos a todo o tempo. À atribuição dos apoios, estava associada também a receção por parte dos agregados familiares, de apoios extraordinários aprovados pelo Governo da República para mitigar as consequências da pandemia. Tendo em conta que esses apoios, concedidos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 10-A/2020 e do Decreto-Lei n.º 10-G/2020, já não estão em vigor, o regime extraordinário é também agora revogado e desaparece formalmente da estrutura do documento por não ter aplicação na prática.

Resultante de uma proposta da oposição que mereceu a nossa concordância, foi eliminada a obrigatoriedade da indemnização em dobro do valor atribuído em caso de incumprimento das obrigações, ou seja, os beneficiários destes apoios teriam que devolver na totalidade o valor recebido do município e pagar uma indemnização correspondente ao dobro desse montante, enquanto agora, no caso de incumprimento, prevê-se que apenas seja devolvido o valor atribuído no âmbito do «estuda+».

Neste regulamento aparecem ainda duas novidades e uma delas é a criação de um prémio de mérito escolar para os alunos dos cursos da universidade dos Açores. Já atribuíamos um prémio aos primeiros e segundos melhores alunos das escolas secundárias e profissionais do concelho e passámos a prever também a atribuição de um prémio no valor de 1 500,00 € ao melhor aluno de cada um dos cursos ministrados pelo Polo de Angra do Heroísmo da Universidade dos Açores.

Neste regulamento consta também a criação de um incentivo à atração de talentos e massa crítica associada ao projeto que temos para a criação da zona livre tecnológica. De forma resumida, prevê-se a abertura anual de um concurso para a atribuição de uma bolsa de doutoramento e pós doutoramento cá no concelho que envolve os mesmos montantes fixados pela FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia) no respetivo ano. A atribuição desta bolsa destina-se apenas a projetos de investigação que proponham desenvolver uma ideia de negócio de base científica ou tecnológica de alto valor acrescentado e potencie os recursos endógenos do concelho.

Prevê-se que a avaliação das candidaturas e a decisão do projeto a apoiar sejam feitas pelo próprio executivo em sede de Câmara Municipal. Caso o investigador em causa desenvolva o projeto num centro de investigação sediado no nosso concelho e necessite de equipamentos especiais tecnológicos para a sua investigação, o município pode cofinanciar até ao valor de 20 000,00 € a aquisição desses equipamentos. Prevê-se ainda que o município edite as teses, dissertações e outras obras de natureza académica resultantes destes projetos por nós apoiados.

**Sra. d. m. Cláudia Cardoso** – Muito boa tarde a todos. Sendo esta a minha primeira intervenção, gostaria de cumprimentar o senhor presidente da Assembleia Municipal, o senhor presidente da Câmara e respetivos vereadores, as senhoras e os senhores deputados municipais.

Esta proposta de alteração ao regulamento do sistema municipal de apoio complementar à frequência de estudos, aos prémios de mérito e às bolsas, afigura-se-nos como meritória uma vez que alarga o espectro daquilo que era já previsto desde 2009, ou até anteriormente, e tem permitido que os alunos disponham de uma forma acessível e generalizada de apoio à complementaridade dos seus estudos ao nível secundário e superior. As alterações introduzidas parecem-nos beneficiar e alargar na generalidade esse espectro, para além das novidades que o senhor vereador aqui apresentou e são naturalmente bem-vindas, desde logo, a questão da bolsa anual para doutoramentos e pós doutoramentos que permite criar ao nível da cidade de Angra, uma crescente e interessante fixação de quadros

com ligação à massa crítica que os concelhos necessitam para evoluir e progredir. Parece-nos também benéfico o facto de essas bolsas estarem afinadas pelos parâmetros que regulamentam a FCT.

Uma palavra final relativa à edição dos trabalhos de investigação com a capacidade de retrospectiva e aproveitamento dos anteriormente realizados e não apenas dos que decorram da atribuição dessas bolsas.

O grupo parlamentar do PS gostaria, porém, de fazer uma precisão que vai ao encontro da nossa opinião sobre aquele que é o espírito do diploma que pretende incluir o campus de Angra do Heroísmo da Universidade dos Açores e a atribuição, não apenas de um primeiro prémio, mas também dos seguintes.

Visto que a redação atual não o contempla no artigo 29.º ponto 5, sugerimos que seja alterada para o seguinte: «*Para efeitos da concessão dos prémios, as escolas e o campus de Angra do Heroísmo da Universidade dos Açores comunicam à Câmara Municipal logo após o termo do período de avaliação, o nome dos alunos para efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do presente artigo.*» Independentemente do nível do ensino, conforma-se assim que todos terão a mesma atribuição do prémio.

**Sr. d. m. Tomaz Dentinho** – Embora esteja cá neste momento o professor Álamo e outras pessoas, a Câmara Municipal não tem competência para selecionar candidatos a doutoramento. É claro que o candidato já está apoiado pela universidade mas parece-me um bocadinho injusto que, quem não concorra à DRCT ou à FCT, seja depois ajudado pela Câmara Municipal.

Gostaria de incluir aí, tanto no doutoramento como no pós doutoramento, que, de alguma forma, esses alunos devem candidatar-se esse ano à DRCT e à FCT para que a Câmara disponha de uma avaliação dos candidatos. Como esses concursos são, por vezes, muito complicados, apesar de não ter havido aquele apoio ao nível nacional ou regional, o município teria já a avaliação feita pela DRCT ou pela FCT. Parece-me extremamente importante a inclusão deste ponto porque depois o professor Álamo sai, isto mantém-se e às tantas estamos a financiar projetos de doutoramento sem o mesmo critério.

Esta medida teria a grande vantagem de estimular as pessoas a candidatarem-se mais à DRCT e à FCT em vez de tentarem dialogar diretamente para terem um projeto que seja viável a nível local. Primeiro devem tentar passar a nível nacional ou regional; depois, se o projeto for considerado viável pela Câmara Municipal, então apoia-se porque, se calhar, o candidato terá chumbado por umas décimas ao concorrer com alguém de outro lado qualquer.

Considero o projeto de utilidade pública e muito interessante para o município mas, independentemente do valor que as pessoas possam ter à volta, o critério científico não deverá ser definido pela Câmara Municipal.

**Sr. presidente da Câmara** – Manifesto a absoluta concordância com o que foi dito pela bancada do Partido Socialista e peço-vos que passem a considerar o documento com as alterações que foram lidas pela senhora deputada Cláudia Cardoso.

Ponderámos a questão colocada pelo senhor deputado Tomaz Dentinho e o que se deliberou é que a Câmara não fará a avaliação dos candidatos. A candidatura é feita pelos meios científicos normais, só podem concorrer candidatos já admitidos em programas de doutoramento devidamente reconhecidos, e apenas vamos avaliar e comparar a valia do projeto para o interesse municipal. As senhoras e senhores que se sentam nesta bancada foram mandatadas pelo povo deste concelho para tomarem democraticamente estas decisões e cabe-lhes decidir se o projeto é interessante para o concelho. A questão científica não passa por aqui, apenas o interesse do projeto.

**Sr. d. m. Tomaz Dentinho** – O senhor professor Álamo sabe tão bem como eu que, com a inscrição na Universidade dos Açores num primeiro ano e depois a candidatura aqui, todos os professores da Universidade dos Açores têm interesse em ter alunos doutorandos. Como a avaliação não tem o mesmo critério utilizado pela FCT e DRCT em que há vários candidatos, embora esteja intencionalmente lá do ponto de vista científico e que interesse também à Câmara, com o processo de seleção aí plasmado não se obterá o melhor resultado, por isso terei que me abster nesta votação.

**Sr. presidente da Câmara** – Peço a benevolência do senhor presidente da Mesa mas acabaram de me dar uma informação que terá reflexos na votação que vai acontecer.

**Sr. presidente da Mesa** – Serei benevolente e concedo-lhe a palavra.

**Sr. presidente da Câmara** – Apenas para esclarecer que houve um lapso de entendimento da minha parte. Para o ensino secundário existe um primeiro, um segundo e um terceiro prémio. Ao primeiro prémio será atribuído um valor em dinheiro e o segundo e o terceiro lugares, além do diploma, receberão um *voucher* que lhes permite fazerem um curso de verão numa universidade. Para o ensino superior está a ser apenas proposto um prémio no valor de 1 500,00 € para o melhor aluno.

*O documento foi aprovado por maioria com 39 votos a favor, (sendo 22 do PS, 14 do PSD e 3 do CDS-PP) e 1 abstenção do deputado do PPM. (65/2021/AMAH).*

***Os trabalhos foram interrompidos para almoço por volta das 13h00 e retomados às 14h40m.***

**1.10 – Terceira alteração ao Regulamento do Parque Industrial de Angra do Heroísmo. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. presidente da Câmara** – A alteração que agora se pretende fazer é, no fim de contas, a retoma de uma norma já existente no regulamento que foi transitória nos anos 2014 e 2015 e pretende-se agora reeditá-la. O objetivo é tentar levar as empresas proprietárias apenas do direito de superfície a fazerem a aquisição plena dos terrenos lá existentes e incentivar

também quem tenha adquirido lotes antes do atual regulamento que não permite que os proprietários os utilizem para fins de especulação imobiliária e os obriga à concretização do investimento no prazo que está contratado.

Há lotes que foram vendidos antes deste regulamento e estão vazios. Nesta altura temos o parque cheio, não há lotes disponíveis para venda mas há espaços que não estão a ser devidamente utilizados. O objetivo é incentivar essa utilização e criar, durante estes dois próximos anos, esta medida que é igual àquela que foi aplicada lá atrás com sucesso.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves** – Gostaria de saber de quantos lotes estamos a falar e qual a média de custos desta ação de reembolso ou incentivo.

**Sr. presidente da Câmara** – Acabei de ser informado que existem três lotes nessas circunstâncias mas poderão ser mais. Os lotes custam 23,90 € por metro quadrado, cada lote tem uma área de cerca de 5 000 m<sup>2</sup> e custa 150 000,00 €. Há lotes menores e maiores e outros que estão juntos mas é esta a configuração no valor de umas centenas de milhares de euros.

**Sra. d. m. Marília Vargas** – Consideramos esta medida um incentivo valioso para a nossa economia e para a criação de postos de trabalho. A situação financeira da Câmara permite a sua concretização, logo o nosso voto será a favor.

*O documento foi aprovado por unanimidade. (66/2021/AMAH).*

**1.11 – Quinta alteração ao Regulamento n.º 5/2020 de 19 de maio que aprova o regime de concessão de apoios excecionais às famílias e à retoma de atividades económica. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. presidente da Câmara** – Esta Assembleia tem vindo a aprovar nestes últimos dois anos um conjunto de medidas de carácter semestral e o regime que está em vigor neste momento caduca no último dia deste ano, o que nos levaria à cobrança plena de todas as taxas. Para permitir aqui algum grau de adaptação, a Câmara propõe a esta Assembleia a criação de um regime transitório em que, nos primeiros seis meses do próximo ano, se cobre apenas 50% das taxas na generalidade e 25% nos casos das rendas mais caras, as que são superiores a 1 000,00 €.

Em função da evolução da pandemia e da situação económica, esta Assembleia terá que voltar a analisar esta questão a devido tempo para vermos se será necessário prolongar este período por mais algum tempo.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves** – Lembro que deliberámos sobre estas medidas pela primeira vez por videoconferência. Na altura, todos os partidos aqui representados se manifestaram solidários com as circunstâncias infelizes e gravosas decorrentes da Covid-19, deixando em aberto a possibilidade do prolongamento destas medidas. Da nossa parte

daremos pleno cumprimento ao que ficou estipulado e continuaremos a manifestar a nossa preocupação com este assunto que, infelizmente, não está arrumado. Contudo, gostaria que o senhor presidente da Câmara nos informasse se os valores na altura referidos continuam suportáveis pela Câmara ou se estaremos a atingir alguma situação preocupante, não significando que tal afete o nosso sentido de voto porque há coisas que o dinheiro não paga e a saúde é uma delas.

**Sr. presidente da Câmara** – A parte das medidas, ainda por cima mitigadas, que se manterão em vigor no próximo semestre, é a menos dispendiosa. A área que correspondeu a uma maior renúncia de receita por parte da Câmara teve a ver com cobranças de água e taxas de outra natureza onde os valores foram substanciais. O que lhe posso dizer é que a totalidade do impacto das medidas da pandemia no município rondou um milhão e meio de euros no ano 2020 e em 2021 andaremos perto desse valor. Ainda não temos essa conta completamente apurada mas é para aí que as coisas apontam. As medidas que agora estão em cima da mesa correspondem à parte mais barata do efeito e valem duzentos ou trezentos mil euros, não mais do que isso.

*O documento foi aprovado por unanimidade. (67/2021/AMAH).*

**Sr. presidente da Mesa** – Coloco à consideração da Assembleia a discussão simultânea dos Pontos 1.12 e 1.13 que têm a ver com a delegação de competências da Câmara Municipal nas juntas de freguesia, quer nos contratos interadministrativos para projetos específicos, quer na delegação de competências anuais.

*Nada a opor por parte dos líderes das bancadas municipais.*

**Sr. presidente da Câmara** – Para os menos familiarizados com este processo, um dos pontos refere-se às competências da Câmara que são exercidas pelas juntas de freguesia, nomeadamente a limpeza de caminhos, etc., e o outro tem a ver com um financiamento de 20 000,00 € que é concedido pela Câmara às juntas de freguesia para exercício das suas próprias competências.

Existem dois contratos distintos e iguais àqueles que foram celebrados nos últimos dois mandatos, apenas com uma alteração que foi já discutida com os senhores presidentes de juntas de freguesia que é a introdução de um período de graça de noventa dias para a apresentação dos respetivos relatórios. O modelo de contrato que tínhamos em vigor não previa esta situação, o que levava a Câmara a proceder a prorrogações de prazos para a entrega de relatórios, mesmo quando a obra já estava concluída.

A partir de agora ficamos com um prazo de noventa dias que facilita a atividade às juntas de freguesia e leva a uma maior celeridade nos pagamentos porque só podemos pagar depois de aprovado o relatório, o que levava a atrasos desnecessários de dois ou três meses. Tirando isso, estamos a falar de algo que as juntas de freguesia já conhecem e tudo continuará como se tem feito e tem dado bons resultados. Esta aprovação é quadrienal, ou

seja, é válida na minuta da delegação de competências até ao final deste mandato de quatro anos.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves** – Estamos a votar as minutas e não as delegações de competências em si. Colocando uma questão direta e objetiva, é habitual que assim seja?

**Sr. presidente da Câmara** – A lei obriga que a Assembleia Municipal aprove a minuta uma vez em cada mandato na primeira vez em que se discute e aprova o orçamento e os valores são aprovados no orçamento anualmente pela Assembleia. A minuta será depois concretizada em função daquilo que a Assembleia Municipal aprovar em cada ano.

**Sra. vereadora Brites Cunha** – Boa tarde senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e caros colegas vereadores, senhoras e senhores deputados.

Esta dúvida surgiu pelo facto de, nos Pontos 1.12 e 1.13 da Ordem de Trabalhos, ser feita menção aos contratos e não à minuta em si. Seria bom que isto fosse corrigido para efeitos de ata porque, uma coisa é a aprovação da minuta, a outra é a aprovação dos contratos que não conhecemos e não foram sequer outorgados.

**Sr. presidente da Mesa** – Houve aqui uma pequena alteração do regimento mas, como estamos ainda na primeira reunião, vamos ser um pouco tolerantes até vermos como as coisas evoluem. Perante esta circunstância, peço ao senhor presidente da Câmara que nos esclareça esta dúvida.

**Sr. presidente da Câmara** – Esclarecerei com todo o gosto. Embora a questão seja mais do foro da Assembleia, deveria constar na Ordem de Trabalhos «... minuta dos contratos...» porque é a minuta que está em discussão e votação. A palavra «minuta» apenas não consta da Ordem de Trabalhos.

*Terminadas as intervenções, os Pontos 1.12 e 1.13 da Ordem de Trabalhos foram colocados à votação.*

**1.12 – Delegação de competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia – contratos interadministrativos para projetos específicos. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea k), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

*O documento foi aprovado por unanimidade. (68/2021/AMAH).*

**1.13 – Delegação de competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia – contratos interadministrativos de delegação de competências anuais. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea k), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

*O documento foi aprovado por unanimidade. (69/2021/AMAH).*

**1.14 – Alteração aos Estatutos da TERAMB, EM. Para aprovação do órgão executivo nos termos do artigo 22.º – A da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.**

**Sr. vereador Paulo Lima** – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia, senhoras e senhores deputados municipais, senhor presidente da Câmara e caros colegas vereadores.

Considerando que esta é a primeira reunião da Assembleia Municipal que conta com novos membros autarcas, penso que seria importante referir os elementos que compõem a atual Assembleia Geral da TERAMB e são: Álamo de Meneses, presidente da Câmara Municipal da Angra do Heroísmo e Vânia Ferreira, presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória. O conselho de administração é presidido por Ricky Batista, vice-presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória. O segundo administrador sou eu, Paulo Lima, e o terceiro administrador, também do concelho de Angra do Heroísmo, é a engenheira Sónia Silva. Há que deixar a nota de que a engenheira Maria do Anjo Ekström saiu da TERAMB por motivos profissionais.

Quanto a este ponto em concreto, trata-se de duas situações muito simples: uma alteração ao artigo 2.º, visto termos já a morada correta da TERAMB que é na Canada do Cidral, e uma outra alteração ao artigo n.º 3 (objeto) com vista a contemplar mais uma das valências da empresa que tem a ver com as zonas de vocação industrial, comercial e serviços que contribuem para o desenvolvimento económico e tecnológico da ilha Terceira, ou seja, estes 14 lotes que estão a ser constituídos, vão ser valorizados e integram a TERAMB.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves** – A explicação dada aqui a respeito da inclusão de uma nova valência nas competências da TERAMB suscita-nos um aspeto de ordem política já referido nesta casa há alguns anos acerca de uma proposta apresentada pela Câmara a respeito de uma intenção de alargar o âmbito da TERAMB a várias outras atividades municipais, proposta essa que acabou por ser retirada por se ter considerado que tal não fazia sentido.

Na altura, a Câmara da Praia tinha várias empresas municipais destinadas a diversas atividades e houve essa declarada intenção de integrar no seio da TERAMB ao abrigo da cooperação intermunicipal, um conjunto de atividades da esfera da Câmara e dos Serviços Municipalizados, como a área do lazer, da cultura, etc., criando uma espécie de intermunicipalidade através da empresa TERAMB. Não consigo precisar qual o executivo camarário que liderou o processo na altura mas a proposta foi rejeitada por esta casa e, se a memória não me falha, não foi sequer apresentada formalmente.

A nossa preocupação de âmbito político é precisamente o facto de passarmos para uma esfera intermunicipal, determinadas competências ou atividades de uma área que entendemos não ser o propósito, o objetivo, a razão de ser da constituição nem a contração de empréstimos ou financiamentos para tratamento de resíduos e a sua valorização energética.

Mantemos as mesmas dúvidas sobre esta matéria, na altura suscitadas também pelo PS e pelo PSD a respeito da deslocação do juízo, do controlo e da avaliação política de atividades que passariam a ser regulamentadas por uma entidade externa com procedimentos e

aprovação orçamental distintos e uma ligação indireta a este órgão que controla o plano e orçamento da Câmara mas apenas toma essencialmente conhecimento do plano e orçamento da TERAMB, exercendo uma participação completamente indireta.

Embora o concelho de Angra detenha 60% de participação e responsabilidade na TERAMB, com esta atribuição de valências adicionais, a empresa intermunicipal não deixa de entrar em competitividade com o parque industrial, levando a uma mistura de competências no mesmo espaço físico. A TERAMB não deverá ser gerida como o atual parque industrial devido à existência de um terceiro sócio, o concelho da Praia da Vitória que, apesar de minoritário, não deixa de ser um parceiro.

Apesar da boa intenção aqui plasmada, cria-se uma série de confusões também ao nível da consolidação de contas a que os municípios estão agora sujeitos e talvez seja mais adequada, por parte da TERAMB, a cedência desses terrenos de volta à gestão do parque industrial, integrando-os no parque municipal e eliminando assim quaisquer dúvidas em relação a esta matéria.

Do ponto de vista político estamos a inverter um percurso, por isso se mantém válida a mesma objeção tida na altura da discussão destes assuntos nos primórdios da criação da TERAMB, um tema que se mantém atual devido ao ciclo de reestruturações na Câmara Municipal – umas forçadas, outras voluntárias – no que respeita ao encerramento de empresas municipais ou à internalização de serviços. Poderá argumentar-se que a Câmara Municipal da Praia da Vitória o pediu mas estamos a falar de terrenos integrados no concelho de Angra que são geridos pelo parque industrial que ainda hoje aqui sofreu alterações ao seu regulamento.

Estas nossas preocupações visam a simplificação, a transparência e a manutenção da orientação política das áreas a cargo deste órgão para que não existam dois regimes na gestão do mesmo espaço, sendo um deliberado mediante os estatutos da TERAMB e um outro através de um regulamento sob a alçada da Câmara e da Assembleia Municipal que aqui aprovámos há pouco mais de duas horas.

Não nos parece que esta mistura favoreça os utilizadores do parque industrial, faltando aqui a transparência e responsabilização política necessárias, sendo para aqui chamado o conceito de «*accountability*». Enquanto órgãos políticos, temos que nos pronunciar sobre estas questões, por isso fazemos esta ressalva e deixamos aqui o alerta porque esta questão continua atual e premente. Fala-se cada vez mais em transparência nos procedimentos e não faz sentido que existam três entidades na gestão do mesmo espaço, visando os mesmos objetivos e propósitos com distinta fundamentação política, regulamentar e jurídica.

Não deixaremos de votar este documento hoje mas apelamos vivamente para que este ponto dois da proposta de estatuto seja revisto numa reunião de Câmara e volte a ser remetido à Assembleia porque poderá estar em causa uma maior transparência e envolvimento político por parte desta Câmara nestes processos. Não quero com isto dizer que a Câmara tratará do assunto com cinzento mas, a nosso ver, está em causa a responsabilização e decisões políticas que não devem ser tomadas no seio técnico.

**Sr. presidente da Câmara** – Ouvi com toda a atenção esta intervenção e o que percebi, é que o senhor deputado não percebeu. Em primeiro lugar, se há alguém interessado na manutenção do controlo político e na transparência dos processos, essa pessoa sou eu e esta Câmara tem dado provas disso. Tudo o que havia de periférico, foi extinto e integrado, incluindo os Serviços Municipalizados que tinham quase um século de existência, e não há aqui qualquer tentativa de delegar o que quer que seja.

A história antiga que o senhor deputado citou, não aconteceu com esta Câmara e ocorreu muito antes aquando da criação da TERAMB em que havia uma disputa sobre a criação de empresas municipais. Longe vão esses tempos, em Angra não temos nenhuma empresa municipal e isso não aconteceu comigo nem com nenhum dos que cá estão.

Ninguém quer que a TERAMB faça gestão de parques industriais, apenas vai vender um conjunto de lotes de terreno que lhe estão afetos e tem que ser assim porque esses terrenos foram dados como garantia a uma entidade bancária aquando da construção da incineradora. Foi feito o negócio e essa entidade bancária levantou a garantia para que esta venda pudesse ser feita.

O objetivo aqui é encaixar dinheiro que resulta da própria atividade da empresa. Aquela zona era uma lixeira que a TERAMB limpou, retirando todo o lixo que lá estava, por isso é justo que possa encaixar verba para ajudar a equilibrar e manter as suas contas e evitar que os preços horrorosos dos resíduos que conhecemos do continente caiam em cima dos nossos municípios. Estamos a aplicar lotes de uma zona poluída que foram limpos pela TERAMB e esse dinheiro vai servir para reduzir os custos do tratamento de resíduos para que as pessoas paguem menos.

A TERAMB vai apenas vender lotes e não vai gerir coisa nenhuma. Os seus donos farão o que entenderem com os terrenos que manterão uma ligação ainda mais importante à TERAMB porque poderão ser abastecidos com o vapor da incineradora. Já se fala, por exemplo, na utilização daquele espaço para instalação de estufas que serão aquecidas e iluminadas a partir da TERAMB, o que permitirá a produção mais barata de produtos hortícolas, cogumelos, etc.

Não há aqui qualquer falta de transparência – que é absoluta – o que existe é um bom aproveitamento dos recursos públicos a favor dos nossos municípios que assim não terão que pagar mais pelos resíduos.

**Sr. d. m. Tomaz Dentinho** – Percebo tudo o que diz respeito à valorização de resíduos e a energias renováveis mas não entendo porque consta aí «abastecimento de água». Não sei se o português está perfeito quando, na segunda parte do ponto 2, é referido: «... *bem como de zonas industriais.*» Assim dá a impressão que são as zonas que fazem a sua auto gestão. Talvez o português possa ser aqui melhorado para: «... *bem como de gestão de zonas industriais.*» Percebo tudo o resto mas pergunto porque consta ali o abastecimento de água.

**Sr. presidente da Câmara** – O abastecimento de água tem a ver com o vapor e o fornecimento de água quente a partir da incineradora. Como podem imaginar, não há nenhuma nascente dentro do aterro.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves** – Li e percebi o que está aqui escrito e admito que o senhor presidente da Câmara não tenha percebido a celeuma e o alcance da problemática porque não estava cá na altura. Percebemos bem o que aqui se pretende e as suas palavras confirmam-no, ou seja, teremos praticamente duas zonas industriais geridas em moldes diferentes num espaço muito próximo que só não são geridas da mesma forma enquanto a TERAMB for mandada através da Câmara de Angra.

A falta de transparência de que falo não significa que haja zonas cinzentas nem que a Câmara venha a cometer qualquer tipo de ilegalidade, nada disso; estamos a falar da ligação direta entre o plano e orçamento e os regulamentos municipais que são aqui aprovados. A partir da aprovação deste artigo 3.º n.º 2, com esta atribuição de competências para o exercício de atividades no âmbito da construção, gestão e exploração de zonas de vocação industrial, comercial e de serviços, ficamos com dois regimes em vigor no concelho de Angra.

Mantemos as mesmas dúvidas de há 12 ou 15 anos que foram manifestadas na altura por estas três bancadas e os problemas serão os mesmos. Nada temos contra as restantes alterações que aqui constam, mas esta levanta-nos dúvidas. No decorrer da aplicação deste artigo teremos certamente oportunidade de voltar ao assunto ao longo deste mandato mas fica o registo e o alerta por termos percebido muito bem o que aqui se pretende.

*O documento foi aprovado por unanimidade. (70/2021/AMAH).*

### **1.15 – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2022, apresentando os seguintes valores:**

#### **Orçamento:**

- Receitas correntes: 23 735 829,00 € (vinte três milhões, setecentos e trinta e cinco mil, oitocentos e vinte e nove euros).
- Receitas de capital: 3 259 413,00 € (três milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e treze euros).
- Receitas não efetivas: 635 000,00 € (seiscentos e trinta e cinco mil euros).
- Total geral das receitas: 27 630 242 (vinte sete milhões, seiscentos e trinta mil, duzentos e quarenta e dois euros).
- Despesas correntes: 17 271 294,00 € (dezassete milhões, duzentos e setenta e um mil, duzentos e noventa e quatro euros).
- Despesas de capital: 9 007 948,00 € (nove milhões, sete mil, novecentos e quarenta e oito euros).
- Despesas não efetivas: 1 351 000,00 € (um milhão, trezentos e cinquenta e um mil euros).

#### **Despesa inscrita nas Grandes Opções do Plano:**

- Grandes Opções do Plano: 14 558 439,00 € (catorze milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e trinta e nove euros).
- Total geral das despesas: 27 630 242,00 € (vinte sete milhões, seiscentos e trinta mil, duzentos e quarenta e dois euros).

**O mesmo orçamento contém o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2022, o plano de formação para 2022, as normas sobre a execução orçamental, o balanço previsional, a demonstração de resultados previsional e demonstração de fluxos de caixa previsional. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. presidente da Câmara** – O orçamento do município para o ano que vem nasce numa situação menos comum no que diz respeito às questões orçamentais já que, habitualmente por esta altura, estaria em vigor o Orçamento de Estado que ainda não conhecemos neste momento, embora tenhamos uma razoável certeza que não haverá diminuição das transferências do Estado para as autarquias, antes pelo contrário, na proposta de orçamento que foi rejeitada constava um aumento substancial. Se o orçamento tivesse sido aprovado, teríamos 1,8 milhões de euros de aumento nas transferências para as autarquias.

A proposta que aqui vos apresentamos considera, para o ano que vem, um orçamento exatamente igual ao do ano que agora termina. Não tem aumento e estamos a considerar que as transferências do Orçamento de Estado sejam rigorosamente as mesmas do ano anterior. Lembro que essas transferências representam 49% do total das receitas da Câmara, mais propriamente 11,9 milhões de euros, num total orçamental de 27,6 milhões.

Esta situação de incerteza está acautelada num orçamento que é calculado por baixo, partindo de uma situação de prudência. Ao longo do próximo ano esta Assembleia terá a oportunidade de ir aumentando o teto orçamental à medida que nos certificarmos da existência de mais recursos. Aconteceu em anos passados e voltamos a propor assim, partindo com um valor de 27,6 milhões de euros, sabendo que temos mais 3,4 milhões que transitam de ano e serão adicionados por esta Assembleia na sua sessão de fevereiro.

Estamos assim a falar de um orçamento para o próximo ano de cerca de 30 milhões de euros. O dinheiro que transita deste ano já está comprometido e não deve ser aqui considerado por estar afeto a obras já contratadas. Transitará a obra e a respetiva despesa e o valor que temos liberto para podermos decidir são estes 27,6 milhões de euros.

A despesa corrente situa-se nos 17,3 milhões de euros, dos quais, 8,3 milhões se referem a despesa com pessoal, que é a maior despesa corrente do município, e temos ainda 10,4 milhões de euros de despesas de capital.

Como já vos disse, 11,9 milhões de euros da receita vêm do Orçamento de Estado. A outra maior receita é proveniente das vendas de água e das taxas de resíduos cobrados pelo município, seguindo-se o IMI e os 5% de participação no IRS.

Na sequência da minha resposta a uma pergunta colocada há pouco pelo senhor deputado Tomaz Dentinho, continuamos a manter alguma prudência em relação à receita do

IMI porque o impacto da isenção do pagamento deste imposto na zona classificada ainda não se fez sentir totalmente. Esta posição de cautela permitir-nos-á eventualmente proceder a algum aumento da previsão da receita ao longo do ano em função daquilo que venha a ser a real evolução das liquidações.

Estes 27,6 milhões de euros estão repartidos pelas diversas áreas orçamentais, sendo que as mais relevantes são o investimento na qualidade de vida, essencialmente nas águas, esgotos e estradas, para onde vai a maior parte do dinheiro, 5,2 milhões de euros.

O urbanismo aqui tem a ver com a recuperação de imóveis e eventualmente o mercado, com 3,2 milhões de euros e temos finalmente as transferências para terceiros em que as juntas de freguesia são o principal beneficiário com 1,6 milhões de euros. Cerca de 1,2 milhões destinam-se às juntas e o resto do dinheiro é utilizado no apoio às instituições na sequência do concurso que é anualmente aberto e financiado por aqui.

Para se poder aferir da situação global, neste momento o município tem 346 trabalhadores, dos quais, 339 estão ao seu serviço efetivo.

Neste momento temos uma dívida de 7,9 milhões de euros, dos quais, 2,8 milhões são da responsabilidade do município, a chamada «dívida incluída», e 5,2 milhões de euros são «dívida excluída», o que significa que o seu pagamento não cabe ao município e está contratualizado com o Governo Regional e com o IHRU (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana). Recebemos anualmente um conjunto de transferências que nos permitem pagar estes valores referentes à construção dos bairros sociais que ainda estão a ser amortizados aqui.

Dependendo da maturidade dos empréstimos, a nossa dívida tem vindo a cair rapidamente a um ritmo entre 1,6 e 2 milhões de euros ao ano e continuará a apresentar essa curva descendente. Neste momento a nossa margem bruta de endividamento é de 27,3 milhões de euros e se considerarmos o valor total e o excetuado, atingimos os 31,6 milhões. Isto significa que somos um dos municípios menos endividados do país e apresentamos uma situação financeira com alguma segurança o que, obviamente, não significa grande largueza porque é preciso não esquecer o impacto da Covid-19 que vamos continuar a sentir.

Uma das nossas grandes receitas é a participação no IRS que está em queda e as nossas receitas ressentem-se à medida que a atividade económica se retrai. Estamos perante um orçamento feito com grande prudência num tempo de alguma incerteza no que diz respeito à evolução da economia e ao facto de desconhecermos, pelo menos por enquanto, o Orçamento de Estado. Partimos de uma posição segura e se as condições o permitirem, esta Assembleia terá a oportunidade de ir fazendo um progressivo alargamento das rédeas orçamentais ao longo do ano. É melhor partirmos de baixo e se alguma coisa tiver que mudar neste orçamento, há de ser para se introduzir mais dinheiro.

Uma área que apresenta uma grande diminuição é a utilização de fundos comunitários por estarmos num momento de transição entre quadros. A nossa expectativa é baixa e à semelhança do que temos feito nos anos anteriores, apenas colocamos no orçamento candidaturas que estão devidamente aprovadas. Temos a possibilidade de ver aprovadas mais

algumas que irão também crescer ao orçamento, onde só foi incluído o que está garantido, ou seja, aquilo que vamos efetivamente receber.

Uma outra questão que deve ser trazida aqui à colação é o PRR. Como foi já dito no início desta sessão, participámos no congresso da Associação Nacional de Municípios e sabemos que há, de facto, uma diferença gigante entre o que está a acontecer nos Açores em relação ao que se passa no continente onde as câmaras têm já acesso a esses fundos e outra possibilidade de investimento.

Neste momento fala-se de grandes investimentos no continente, particularmente na recuperação de escolas, centros de saúde e outras áreas de atividade municipal que serão financiadas pelo PRR. Por cá, houve uma reunião da direção da Associação de Municípios da região com o senhor presidente do Governo, da qual resultou uma espécie de «nim», ou seja, é uma matéria que se há de ver mas a verdade é que não se viu, o tempo está a esgotar-se e o mais provável é que os municípios dos Açores não sejam beneficiários de qualquer verba proveniente dessa fonte.

É com esta cautela e enquadramento que vos apresentamos hoje aqui um orçamento que considero seguro, não nos trará problemas no ano 2022 e poderá ainda crescer à medida que o ano for avançando.

No que diz respeito ao financiamento das juntas de freguesia, mantém-se em pleno a aplicação da fórmula que tinha sido acordada com os senhores presidentes de junta numa data anterior, que se traduz num aumento de cerca de 10% nas transferências, resultando numa maior autonomia às freguesias para que possam fazer mais alguma coisa. A fórmula foi totalmente aplicada e está também incluída aqui no orçamento. As juntas de freguesia têm garantido o seu financiamento para o ano 2022 e se houver mais dinheiro, havê-lo-á para todos. Não haverá seguramente diminuições e os senhores presidentes de junta podem começar a fazer as suas opções de investimento porque ficaram hoje com a certeza do que cada um poderá contar para o próximo ano.

**Sr. d. m. Tomaz Dentinho** – Este é um plano e orçamento passivo numa fase de crise em que, grande parte do país está a dar a volta com ou sem PRR, enquanto aqui na Câmara de Angra estamos passivamente à espera que o Governo Regional nos traga mais uns voos e o PRR nos dê mais não sei quanto.

Devido à sustentabilidade financeira que tem demonstrado, penso que esta Câmara pode arriscar um bocadinho mais num futuro que, decerto, se revelará completamente diferente após esta crise provocada pela pandemia, principalmente no tipo de turismo e na forma de reorganização urbana, duas áreas em que as ilhas são muito pródigas. A Praia da Vitória era uma vila e passou à frente da Horta e o concelho de Angra pode ficar atrás da Ribeira Grande ou de Vila Franca do Campo, por exemplo.

Todos sabemos o que acontece nos Açores quando não tomamos conta da competitividade dos sítios ou deixamos de acompanhar as mudanças nas periferias e aumentamos a dívida com a perda de população quando nos é retirado o que vem de fora. O pagamento da dívida não depende dos nascimentos, é preciso que as pessoas tenham

emprego nos diversos sítios. Se os nossos filhos não conseguem emprego cá, vão para fora e os filhos dos outros vêm para cá e estabelecem-se.

Há aqui uma passividade que me preocupa para o futuro. Começo pela análise que fala da Europa, do país e da região, mas nada refere sobre o nosso concelho, do qual sabemos muito mais do que consta aqui no plano. Não há responsabilização nenhuma da Câmara sobre a evolução do emprego no concelho para o ano, embora todos queiramos que tal aconteça.

Tem que haver um dado concreto na análise que nos diga como estava o emprego em 2020 e como o mesmo se vai projetar para o município e para a ilha. Por outro lado, vejo aquilo que, de alguma forma desculpou o professor Álamo, que são estes 3,8 milhões de euros de receitas de impostos próprios onde se inclui o IMI, etc., mas nada pode ser igual ao ano passado porque deve refletir-se neste orçamento o impacto das medidas concretas que foram aqui tomadas.

Percebo que haja alguma indefinição para o futuro mas a Câmara tem visão suficiente que não vemos aqui responsabilizada ao nível do desenvolvimento que se espera para o município. A Câmara trata e tratou bem das suas continhas e das pedras da calçada mas temos que arranjar emprego e criar desenvolvimento para o município e para a ilha.

**Sr. presidente da Câmara** – A intervenção que acabámos de ouvir acaba por se revelar auto explicativa. Se a dívida é a causa da falta de emprego, então não façamos dívida. Ora, é exatamente isso que estamos a fazer e agradeço a manifestação de apoio às opções orçamentais da Câmara.

Quanto àquilo que pode ou não pode fazer, pois esta Câmara tem feito muito. Quem olha para trás, recordando o marasmo que se viveu nesta cidade e a vê agora, nota claramente o trabalho que foi feito. É o que vamos continuar a fazer, não colocando mais despesas sobre as pessoas ou entraves na revitalização da economia.

Não aumentamos taxas de forma significativa desde 2011 e temos aqui uma situação ímpar que pretendemos manter nos próximos quatro anos, não introduzindo aumentos em águas, apesar de se tratar de uma das principais receitas da autarquia como referi há pouco. Isto só é possível porque se tomaram medidas de contenção e se internalizaram os Serviços Municipalizados e o que estamos aqui a fazer é utilizar as poupanças resultantes dessas ações a favor do povo deste concelho.

A ambição não nos falta e é fácil gastar dinheiro, bem mais difícil é exercer uma gestão cuidada e respeitadora dos bens públicos. Gostaria de poder anunciar a contração de um empréstimo de 50 milhões para fazermos aqui um conjunto de maravilhas mas não me parece sensato porque, como bem disse o senhor deputado Tomaz Dentinho, tudo isso acarreta custos enormes sobre o futuro.

É com esse respeito pelo futuro, a ambição de umas contas equilibradas e a capacidade de nos autossustentar que apresentamos este orçamento que é responsável e poderia ser mais alargado se quiséssemos seguir pelo caminho das dívidas. No próximo ano vamos pagar mais 1,8 milhões de euros de dívida antiga e é esse o caminho que temos que continuar a seguir.

**Sr. d. m. José Miguel Toste** – O grupo municipal do Partido Socialista tem algumas observações a fazer à proposta de plano e orçamento aqui apresentada. Começamos por sublinhar esta prudência relativamente ao orçamento sem a intenção de se aumentar a dívida do município, algo que consideramos muito importante no sentido de não onerar as próximas gerações e garantir à Câmara Municipal a capacidade de continuar a sua atividade com novas ideias e projetos que só são possíveis sem um comprometimento da viabilidade financeira do município.

Como referiu o senhor presidente da Câmara, havendo um cenário mais favorável de aumento de receitas por outras vias, poderá vir a ser feita uma alteração a este orçamento, o que não deixa de ser curioso porque a regra das alterações vai sempre no sentido de aumentar o endividamento das instâncias, enquanto aqui o cenário aponta precisamente o contrário, ou seja, não há aumento de dívida, prevê-se até um aumento de receita e uma maior disponibilidade de afetação de verba aos projetos do município.

Gostaríamos de chamar a atenção para algumas medidas inscritas na área da economia com um grande destaque para o empreendedorismo jovem nos investimentos que têm sido levados a cabo pelo município ao nível do TERINOV e da Startup Angra que permitem um grande desenvolvimento das atividades da zona livre tecnológica. O projeto teve o seu início de forma mais modesta pela Startup, foi desenvolvido pelo TERINOV e vai dar agora um terceiro passo demonstrando uma certa ambição, avançando para a zona livre tecnológica. Destacamos ainda a criação do centro empresarial e um projeto de captação de nómadas digitais, uma área também ela relacionada com empreendedorismo jovem.

Falámos aqui esta manhã das bolsas de doutoramento relativas à base científica e tecnológica, algo muito importante para o reforço da massa crítica do concelho que levará naturalmente a um fortalecimento da nossa economia, e falou-se também da possibilidade do alargamento da zona industrial.

Um outro aspeto muito importante para a economia do nosso concelho é o turismo que apresenta algumas limitações, que são externas à responsabilidade da Câmara Municipal ou desta Assembleia, mas devem manter-nos alerta, não significando contudo, que o município nada faça em matéria de turismo.

Cumpre destacar também aqui o avanço do Centro Interpretativo de Angra do Heroísmo no que diz respeito aos seus conteúdos, a promoção do «Destino Terceira» através da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo em articulação com o concelho da Praia da Vitória e ainda a criação do *Citypass* de Angra e de um museu no moinho do Beco das Alcaçarias. Está ainda prevista a criação de guias turísticos e uma rota do leite e do queijo.

O não aumento de dívida e uma posição prudente relativa à inscrição de receita leva a uma avaliação positiva por parte do grupo municipal do Partido Socialista, da proposta de plano e orçamento aqui apresentada.

**Sr. presidente da Câmara** – Na intervenção inicial não referi um aspeto que deve ficar em ata, um reparo que foi feito pela inspeção administrativa em relação à aprovação do

orçamento de há quatro anos. Acontece que deve ficar referido que o Plano Orçamental Plurianual esteja incluído no orçamento, algo que não consta do texto mas deveria constar.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves** – No seguimento de duas intervenções anteriores, uma no sentido de um maior arrojo e ousadia, a outra apelando a uma maior contenção, como se tem verificado por diversas vezes, a prudência e a manutenção das contas equilibradas é o resultado da falta de execução, não tendo propriamente a ver com a contração de dívidas ou com o facto de não se correr riscos, algo que foi já julgado no histórico do mandato anterior. Como temos constatado, o equilíbrio das contas resulta do «não se fazer» e em abril teremos a oportunidade de analisar as contas do ano anterior.

Há nove anos lançou-se um conjunto de ideias para o concelho com obras aqui e acolá. Espremendo as coisas, o mercado municipal foi mudado de local umas quantas vezes e ainda está parado. Excetuando a proteção da orla costeira do Fanal, a maior parte das obras previstas e anunciadas não se concretizou e andámos de alteração em alteração até que chegámos ao fim destes dois mandatos que foram devidamente julgados pelos eleitores. A apreciação política mantém-se e o resultado da não execução está à vista, até porque é fácil poupar se não se executar. A virtude está no equilíbrio entre o arrojo e a assertividade da tomada de decisões corretas em vez de um zig zag entre a decisão da construção do mercado municipal no Bailão que depois deixa de o ser ou a defesa de uma coisa, acabando por se optar por outra.

Como estamos a começar um novo mandato e está tudo de boa vontade, podemos até esquecer este histórico e manifestamos toda a disposição para começarmos de novo, conversando e ouvindo as propostas do senhor presidente, na expectativa de que a Câmara tenha a mesma atitude em relação aos vereadores da oposição, o que não se verificou porque as propostas que os mesmos tentaram apresentar acabaram por esbarrar na falta de diálogo e de um processo negocial.

Como todos sabem, não podemos alterar o orçamento, apenas o podemos votar, e no mandato anterior houve a possibilidade de negociação em sede de Câmara. Os partidos que hoje estão coligados deste lado das bancadas não estavam cá na altura porque seguiram rumos diferentes, mas essa capacidade de articulação e negociação efetivamente aconteceu, foi devidamente registada e notada pelo presidente da Câmara e pelos vereadores da oposição na altura, o que não aconteceu desta vez.

Vemos aqui plasmadas as opções do partido e do projeto vencedor, o que não significa que não haja espaço para as opções dos outros. É sobre este documento e os seus termos específicos que nos estamos a debruçar hoje e não naquilo que poderá vir a acontecer daqui a quatro, oito ou dez meses. Não se trata de boa vontade futura porque foi a boa ou a má vontade que nos trouxe até ao documento que temos hoje em discussão em cima da mesa.

Sendo certo que as opções plasmadas neste documento foram legitimadas eleitoralmente, legítima seria também a diferença, um entendimento, uma prepositura e rumos alternativos, consenso e união de posições; como tal não aconteceu, apesar das virtudes e defeitos constantes neste documento e pelo facto de o mesmo apresentar um

rumo diferente do que gostaríamos, a posição destas três bancadas da coligação não irá no sentido de uma votação favorável.

Votaremos contra este plano e orçamento por não ser carne nem peixe. Não é um sim nem um não, não é arrojado nem conservador, é um orçamento prudente porque não executou e não por opção. Internalizam-se serviços e ao mesmo tempo externalizam-se opções através dos estatutos da TERAMB e de outras medidas. Não vemos aqui um rumo, além de incoerências e inconsistências. Há desculpas com motivos exteriores, esses efetivamente reais e hoje fizemos questão de ser os primeiros a reconhecê-los porque existem de facto e continuarão a existir. Ao menos continuaremos de acordo a respeito desses assuntos numa posição sólida que o município há de tomar a favor dos angrenses mas não estamos em sintonia de pensamentos a respeito de outras questões do plano e orçamento desta Câmara para o ano 2022. O nosso voto será contra este documento, deixando o futuro em aberto.

**Sr. presidente da Câmara** – Felizmente, a nossa população não pensa assim e a verdade é que nunca se fizeram neste concelho, tantas obras como agora. Falem com os senhores presidentes de juntas de freguesia e vejam o que se passa por aí. Se quiserem, venham dar uma voltinha connosco que até vos damos boleia. O vosso sentido de votação é perfeitamente legítimo e até o agradeço. Muito obrigado.

*O documento foi aprovado por maioria com 30 votos a favor, (sendo 21 do PS e 9 do PSD) e 9 votos contra, (sendo 5 do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do deputado do PPM). (71/2021/AMAH).*

**Sr. presidente da Mesa** – Gostaria de colocar à Assembleia a possibilidade de discutirmos em simultâneo os Pontos 1.16, 1.17 e 1.18.

*Nada a opor por parte dos líderes das bancadas parlamentares.*

**Sr. vereador Paulo Lima** – Este plano e orçamento da TERAMB vem no seguimento dos outros planos em que o principal objetivo é o equilíbrio financeiro da empresa. O orçamento global da receita ronda os 4 320 000,00 € e o orçamento global da despesa situa-se nos 4 253 000,00 €.

A TERAMB tem como principais investimentos, a valorização da mineração, ou seja, a recolha dos resíduos que estão em aterro e a sua colocação na Central de Valorização Energética, bem como o aproveitamento dos resíduos valorizáveis. Essa valorização da mineração foi motivo de uma candidatura a um projeto comunitário no valor de 1 780 000,00 € que foi apoiado em 85%.

Decorreram cerca de oito anos desde a entrada em funcionamento da TERAMB, o que leva já ao surgimento de alguns problemas de reparação de equipamentos. Temos um investimento estimado em 350 000,00 € para substituição de serpentinas, está prevista a beneficiação do centro de processamento de subprodutos animais, a aquisição de um servidor

para a área da informática e a beneficiação da balança que acaba por ser a nossa caixa registadora.

O tarifário da TERAMB não sofrerá alterações, por isso temos que ser exigentes e rigorosos no que respeita à questão orçamental da empresa. Como objetivos estratégicos para 2022, pretendemos garantir o controlo de custos e proveitos diversificando a oportunidade de receita, nomeadamente na venda de energia, e os fluxos materiais para encaminhamento aos operadores. Pretendemos ainda concluir o projeto de loteamento já aqui referido, implementar o novo centro de acolhimento empresarial e garantir o plano de manutenção das infraestruturas.

O valor de 1 239 000,00 € referente ao fornecimento e serviços externos está relacionado com o serviço de recolha, retoma e conservação da TERAMB e temos os gastos de pessoal em cerca de 1 milhão. No âmbito dos rendimentos e ganhos, as vendas ao nível da eletricidade e do composto rondam os 1 195 000,00 € e as prestações de serviços, nomeadamente os resíduos que dão entrada na empresa, situam-se em 1 760 000,00 €.

Há que referir ainda a minuta do contrato programa que traça basicamente as linhas orientadoras da TERAMB entre o município de Angra do Heroísmo e a Câmara Municipal da Praia da Vitória e a minuta do contrato de prestação de serviços que é basicamente um «*in house*» para o tratamento dos resíduos urbanos.

**Sr. d. m. Tomaz Dentinho** – Vejo aqui uma dívida de cerca de seis milhões mas não vejo grandes amortizações, por isso gostaria de saber como e quando essa dívida vai sendo paga. Por outro lado e de acordo com a informação prestada pelo senhor presidente da Câmara, percebi que iam receber algum dinheiro para amortizar esta dívida com base na venda de lotes. Pergunto se tal vai acontecer para o ano e de que forma essa venda de lotes está refletida neste plano. Gostaria de saber se a TERAMB é viável, uma vez vendidos esses lotes, ou se teremos um problema grave para o município caso esta dívida se mantenha. Se a operação corrente da empresa der prejuízo, pode implicar dentro de alguns anos o aumento das tais baixas taxas de resíduos de que há pouco falávamos.

**Sr. vereador Paulo Lima** – A viabilidade da TERAMB é sempre uma incógnita, por isso os nossos orçamentos são sempre muito rigorosos. Tentamos evitar o aumento das tarifas de resíduos para não sobrecarregarmos ainda mais os encargos da população, criando alternativas no sentido de aumentar as receitas da empresa. A situação referente à venda dos lotes encontra-se na fase de licenciamento e consulta pública, por isso não se vai refletir na receita no próximo ano.

**Sr. presidente da Câmara** – A dívida da TERAMB situa-se nos 2,3 milhões de euros e tem vindo a diminuir a todo o tempo. Não há nenhuma dívida da dimensão referida pelo senhor deputado Tomaz Dentinho e desconheço qualquer informação que tenha levado a essa conclusão. Peço ao senhor deputado que nos diga em que lugar do orçamento está referido esse valor para que eu possa esclarecer.

**Sr. d. m. Tomaz Dentinho** – Consta na página 36...

**Sr. presidente da Câmara** – O que está aqui não é dívida bancária. 2 319,000,00 € é o valor teto do financiamento da dívida bancária, enquanto os 2 894 000,00 € têm a ver com os contratos de manutenção e com o funcionamento geral da incineradora que não é adquirida como um produto final, ou seja, o fornecedor vai colocando lá determinados equipamentos e consumíveis ao longo do tempo cujos valores estão devidamente orçamentados. O valor passivo no sentido da dívida é de 2,3 milhões de euros.

Findas as intervenções, os Pontos 1.16, 1.17 e 1.18 da Ordem de Trabalhos foram colocados à votação.

**1.16 – Plano de Atividades e Orçamento para 2022 da TERAMB, EM. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.**

O documento foi aprovado por maioria com 30 votos a favor, (sendo 21 do PS e 9 do PSD) e 8 abstenções, (sendo 4 do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do deputado do PPM). (72/2021/AMAH).

**1.17 – Minuta de contrato programa entre a TERAMB, EM e os municípios de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória para o ano de 2022. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos do n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.**

O documento foi aprovado por maioria com 30 votos a favor, (sendo 21 do PS e 9 do PSD) e 8 abstenções, (sendo 4 do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do deputado do PPM). (73/2021/AMAH).

**1.18 – Minuta de contrato de prestação de serviços – TERAMB, EM. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.**

O documento foi aprovado por maioria com 30 votos a favor, (sendo 21 do PS e 9 do PSD) e 8 abstenções, (sendo 4 do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do deputado do PPM). (74/2021/AMAH).

**1.19 – Voto de Pesar pelo falecimento de Valdemar Mota de Ornelas da Silva Gonçalves. Para votação por escrutínio secreto.**

**Sr. presidente da Câmara** – Creio que todos conhecíamos o senhor Valdemar Mota, uma figura de grande relevo no meio intelectual angrense, um homem que deixou uma obra escrita assinalável que foi recentemente editada e colocada à disposição do público. O senhor Valdemar tem um larguíssimo histórico de investigação na área da história e da genealogia e foi um dos nossos mais prestantes cidadãos ao longo das últimas décadas. Esteve ligado à gestão de uma das principais empresas desta cidade, tendo prestado também nesse campo, um grande serviço à nossa economia e à nossa sociedade. O seu falecimento é uma grande perda e foi com este sentimento de agradecimento e louvor pelo percurso e trabalho feito, que a Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou este voto que vos propomos.

**Sra. d. m. Cláudia Cardoso** – Uma breve nota para dar conta da posição da bancada parlamentar do Partido Socialista acerca deste Voto de Pesar.

Valdemar Mota de Ornelas da Silva Gonçalves foi um ilustre cidadão terceirense. A sua vasta experiência e capacidade de execução dividiu-se por áreas tão variadas como a história, a literatura, o jornalismo, a etnografia e a genealogia. Durante vários anos, dedicou-se ao jornalismo com diversos trabalhos publicados nos jornais locais de maior expressão e também nas revistas Portugal Maior. Foi também correspondente do Diário de Notícias na ilha e chegou a ser colaborador correspondente da RTP para os noticiários.

O senhor Valdemar Mota desempenhou uma série de cargos. Foi membro da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, vereador da Câmara Municipal e membro da Comissão de Toponímia e da Comissão para a Comemoração da Batalha da Salga. Foi também presidente da Real Associação da Ilha Terceira e do Conselho Particular das Conferências Vicentinas. Enquanto presidente da direção do Recolhimento Jesus Maria José durante doze anos, dirigiu obras de reconstrução deste imóvel após o sismo de 1980. Foi membro de diversas agremiações e instituições de mérito da sociedade angrense e terceirense, também a nível nacional e até do Instituto Histórico e Genealógico de Santa Catarina.

Homenageado sucessivamente por diversos congressos, pela Câmara Municipal e por outras instituições ligadas à imprensa, recebeu ainda em vida o reconhecimento público pelo seu trabalho em prol da cultura açoriana.

O senhor Valdemar Mota era afilhado de Manuel Joaquim de Andrade, um conhecido tipógrafo angrense que publicou nomes cimeiros da literatura, entre os quais, Vitorino Nemésio. Sobre o seu padrinho disse o seguinte: *«Tomei um pouco para exemplo os procedimentos do meu padrinho Manuel Joaquim de Andrade. Fazia edições sem prejudicar o ritmo da sua tipografia, levantava-se cedíssimo e compunha quanto podia antes de os empregados chegarem. Fiz praticamente o mesmo. Todos os dias um bocadinho, acabei por escrever resmas de papel em artigos para os jornais locais, do Canadá e da América.»*

A obra a que se referia o senhor presidente da Câmara foi publicada recentemente por Liduíno Borba. São três volumes muito significativos com cerca de 1 000 páginas que contêm na íntegra, a obra inteira deste vulto angrense, na qual emerge claramente aquele que foi o trabalho de recolha, de seleção e de aprimoramento estético e onde se ressalva sobretudo a visão de um homem que viveu o seu tempo e dele deu eco.

Valdemar Mota de Ornelas da Silva Gonçalves foi capaz de procurar reproduzir o contexto de épocas anteriores à que lhe coube viver e deu um contributo inestimável ao modo de ser açoriano que nos caracteriza e distingue, por isso deve ser assinalado.

Entre as suas obras mais emblemáticas, estão: a Santa Sé do Salvador, a Misericórdia da Praia da Vitória ou os nomes de ruas da cidade de Angra.

Numa entrevista concedida à revista Açorianíssima em 2001 explica a sua propensão para o estudo e para a investigação: *«Desde que me conheço, tive alguma propensão para as coisas do espírito. Pergunta-me como virei historiador. Pois bem, sempre tive para os livros*

*uma certa queda e gosto em escrever. Aos poucos fui-me embrenhando ao ponto de já não poder retroceder. Fiz de tudo no jornal.»*

Quando, numa entrevista, lhe foi perguntado como vê o açoriano atual, Valdemar Mota responde assim num misto de reconhecimento e filiação natural: *«Para mim, as ilhas são uma terra ímpar de eleição. Os Açores atuais têm governo, bispado, autonomia, parlamento. São berço de homens ilustres, políticos, escritores, bispos e cardeais, cientistas, ministros e até presidentes da república. Aqui se criaram lendas e tradições que deram força à cultura e à história dos Açores. O açoriano não é já um ser isolado; adapta-se com facilidade à diversidade cultural, esteja onde estiver. Pelo contrário, é um europeu, um cidadão do mundo, um universalista. É isto que é o açoriano, meu irmão e meu patrício.»*

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves** – Este Voto chega-nos pela mão e proposta da Câmara Municipal mas poderia ter sido assumido também pela Assembleia Municipal. Estes últimos tempos têm infelizmente sido marcados pela negativa com o desaparecimento de pessoas, figuras com grande destaque e afirmação no concelho, na ilha e no âmbito regional. Este é um desses casos, por isso temos todo o gosto e vontade em associar-nos a este voto, manifestando o nosso pesar pelo falecimento do senhor Valdemar Mota.

*Após votação por escrutínio secreto, o Voto foi aprovado por unanimidade. (75/2021/AMAH).*

## **1.20 – Tarifário da Câmara Municipal para 2022. Para conhecimento do órgão deliberativo.**

**Sr. presidente da Câmara** – Vamos manter o tarifário dos anos anteriores, introduzindo aqui apenas três pequenos acertos. Mantêm-se os preços da água e dos resíduos, havendo, no quadro 2, uma alteração que diz respeito ao minorante que foi ajustado para garantir que as famílias numerosas sejam menos penalizadas.

Foi criada aqui uma métrica em que se dá por mês um abatimento de 3,6 m<sup>3</sup> de água no escalão por cada membro a mais da família numerosa até um máximo de 25 m<sup>3</sup>. Este acerto visa transformar este minorante em algo mais equitativo e vem de encontro a um parecer que foi enviado pela Associação das Famílias Numerosas. Não se dá total satisfação ao que pretendiam mas ficamos numa situação em que as famílias numerosas não sofrem um aumento significativo nas suas faturas de água até um máximo de dez pessoas no agregado familiar.

A outra alteração que foi introduzida no quadro 18 tem a ver com a recolha de resíduos. Aumentou-se o preço dos carregamentos dos «monstros», nomeadamente quando é necessário fazer deslocar uma viatura do município para recolha de lenhas em grandes quantidades. Houve também um aumento para alguns tipos de atividades, para a agropecuária e para a agricultura, um setor que ficou com um valor atribuído de 10,00 €, ou seja, menos 5,00 € do que as restantes atividades. Trata-se de uma questão relativamente marginal com o objetivo de se aplicar algum grau de justiça nesta matéria, já que não faz muito sentido que as viaturas municipais procedam à recolha de lenhas de podas em

quantidades gigantes na casa de um qualquer lavrador que o pode fazer com a sua própria viatura.

Uma outra alteração ao tarifário resulta do que aprovámos no regulamento de taxas, que foi a introdução do desconto aplicável aos bombeiros voluntários do corpo ativo, algo que já existia mas constava apenas do protocolo e não estava visível no tarifário.

É importante lembrar que, pelo décimo ano consecutivo, não há qualquer aumento relativamente ao que pagamos de águas e resíduos nas nossas casas. Se colocarmos aqui a desvalorização do dinheiro que, entretanto aconteceu, significa um desconto na casa dos 12% em relação ao preço que pagávamos em 2011. Isto só é possível devido à internalização dos SMAH e à introdução de um conjunto alargado de poupanças que nos permitem garantir esta falta de aumentos.

Olhando para a conta deste centro de custos, no ano passado houve um saldo positivo de cerca de 600 000,00 €. Este ano apresentará um saldo também positivo na casa do meio milhão de euros, o que nos leva a concluir que será possível manter estes preços inalterados ao longo deste mandato, ou seja, vamos continuar a servir as famílias residentes no concelho sem aumentos de preços por mais quatro anos.

**Sr. d. m. Tomaz Dentinho** – Pergunto qual a forma de estimar a produção semanal de resíduos para se obter estes diferentes escalões, visto que há sistemas de recolha de resíduos muito mais eficientes para influenciar o comportamento das pessoas que produzem lixo que, pelo que sei, não estão a ser aqui aplicados. Dou como exemplo a Irlanda e a Holanda, em que as pessoas pagam efetivamente a produção extra de resíduos e tentam separá-los previamente. É preciso aprender com as boas práticas de outros países ou regiões para obtermos uma gestão de resíduos mais eficiente.

**Sr. presidente da Câmara** – Como consta já no tarifário desde há uns anos, estamos a introduzir paulatinamente o sistema PAYT (Pay As You Throw) que está apenas a ser aplicado aos grandes produtores e aos clientes não-domésticos.

As nossas contas permitem-nos manter o atual sistema em funcionamento em relação aos clientes domésticos e não devemos penalizar mais os nossos munícipes que já pagam impostos suficientes para terem o serviço que têm. Não vale a pena criar aqui um sistema que nos faça andar atrás das pessoas a verificar que resíduos produzem porque isso faria aumentar imenso o custo da recolha e levar-nos-ia a um recuo aos tempos em que se atirava o lixo para a ribeira ou para a costa.

Fizemos um percurso muito bom, a nossa ilha está mais limpa do que jamais esteve, queremos mantê-la assim e não nos interessa ir para essa sofisticação de um sistema que acarreta custos excessivos e enormes inconvenientes para o cidadão. Se vivêssemos no continente e tivéssemos preços com uma TRD de 33,00 € a tonelada, que chega a atingir os 40,00 € na maior parte dos sítios, talvez não tivéssemos outro remédio. Os municípios de lá estão a pagar 40,00 € a tonelada para a deposição de resíduos e nós fomos capazes de criar um sistema de funcionamento muito mais barato que nos permite manter os preços do cliente na casa dos 5,00 € ao mês.

Somos dos que praticamos os preços mais baratos do país, uma situação que pretendemos manter. Esse tipo de eficiências não nos interessa, antes pelo contrário, seriam profundamente negativas para o bom funcionamento do sistema e trariam mais despesa porque teríamos que montar um sistema de controlo muito mais apertado.

O nosso sistema é extremamente eficaz com preços muito baixos. Se o conhecessem, estou convencido que os holandeses e os irlandeses optariam pela sua implementação em vez do sistema que têm por lá. Não temos que os invejar porque estamos muito à frente do que por lá fazem e ainda bem que assim é.

A produção de resíduos no nosso concelho anda na casa dos 105 kg por habitante/ano. Quem tiver curiosidade em ver a discriminação do balanço total, há um sistema disponível na internet chamado SRIR (Sistema Regional de Informação sobre Resíduos) onde pode ser consultada a produção, recolhas e a tipologia dos resíduos, concelho a concelho.

O que vos posso dizer é que o sistema de resíduos dá prejuízo. Gastamos mais do que aquilo que recebemos mas isto é compensado com as vendas de eletricidade à EDA e com as vendas de água. Este ano ganhámos cerca de meio milhão de euros, o que nos permite manter os preços assim e servir as pessoas sem aumento de custos.

Vamos tentar contrariar ainda mais a deposição selvagem de resíduos, praticamente os chamados «monstros» que continuam a aparecer em lugares inusitados porque as pessoas não os deixam ao pé da porta com receio que se saiba que lhes pertenciam. Entrarão em funcionamento nos próximos meses, os primeiros três centros de recolha destes resíduos, um localizado junto ao lar de idosos dos Altares, o outro abaixo do campo de jogos das Doze Ribeiras e um terceiro à entrada do antigo campo de jogos de São Sebastião.

Estes centros de recolha estão praticamente concluídos, faltando apenas as acessibilidades, e tencionamos construir mais dois ou três na periferia da cidade para que ninguém vá deixar o sofá numa mata ou um bidé em cima da rocha, como tem acontecido, e nos comporta depois um custo muito grande na recolha.

Há a intenção de construir um centro de recolha ali na Terra Chã mas é preciso muito espaço, visto que estamos a falar de uma infraestrutura com uma área bastante maior do que esta sala onde nos encontramos e não é fácil encontrar em todas as freguesias, locais com espaço conveniente. Esta zona da periferia urbana continua mal servida, um assunto que nos tem mantido em diálogo com as juntas de freguesia no sentido de localizar os espaços ideais para a construção destes centros de recolha.

Resumindo, o nosso sistema de recolha de resíduos é um dos melhores que conheço – e conheço muitos – e o melhor que devemos fazer é preservá-lo assim porque está muito bem.

**Sr. d. m. Tomaz Dentinho** – Se a Câmara acha que está tudo bem, no fundo é um bocadinho o que está no orçamento e no plano. Achamos que está tudo bem mas sei que a subsidiação cruzada, ou seja, o pagamento de resíduos juntamente com a água, por teoria e na prática, leva naturalmente a ineficiências. Não conheço as contas de um sistema e de outro mas sei que há sistemas que fazem com que as pessoas paguem por quilo os resíduos que produzem sem o recurso a estimativas e depois pagam pela água.

Não é uma questão de se ter as contas certas, é necessário promover o comportamento nas pessoas no sentido de reduzirem a produção do que não seja reciclável porque não faz sentido que se produza resíduos apenas para alimentar a TERAMB. Temos que racionalizar os resíduos, tentando reduzir os custos. Se calhar, até temos o melhor sistema mas gostaria que não houvesse esta subsídio cruzada e a ideia que chegamos à eficiência quando pagamos o défice dos resíduos juntamente com a água. O cidadão está sempre a pagar, por isso mais vale um sistema em que se pague de acordo com a produção de resíduos, em vez de se pagar na água aquilo que outros produzem em termos de resíduos.

Este será eventualmente o melhor sistema, porque o professor Álamo tem mais experiência do que eu neste tema e não tenho para já a solução, mas o princípio que está na base do financiamento da captação de resíduos, em princípio, está mal.

**Sr. presidente da Câmara** – Em princípio, estou perfeitamente de acordo com o que diz o senhor deputado Tomaz Dentinho. Normalmente, a subsídio cruzada não é a melhor das soluções mas é preciso ter em conta a economia dos processos. Se obrigarmos a que toda a gente tenha um saquinho com o seu *refeed* e comprarmos os leitores para verificarmos saquinho a saquinho, vamos gastar mais no controlo do que na recolha, colocando em cima das pessoas mais uma camada de burocracia e despesa.

Creio que estamos no bom caminho enquanto nos for possível um sistema barato que não onera o cidadão, mostra-se eficiente na manutenção de uma ilha limpa e arrumada e tem vindo a resolver um problema histórico da deposição de lixo na matas e nas ribeiras. É claro que isto não é eterno e haverá um dia em que alguém terá que pensar em melhores sistemas mas este tem dado boas provas de si.

Há, com certeza, grandes ineficiências como a que está bem patente nas contas da TERAMB que é a presença de cerca de uma tonelada de garrafas por dia que as pessoas não separam e não ardem, além da meia tonelada de latas que têm exatamente o mesmo efeito, e isto tem um preço enorme para todos nós. Repare-se que uma tonelada de material reciclado vale cerca de 60 ou 70 euros na retoma e pagamos 26 euros quando o entregamos na TERAMB, ou seja, estamos a perder cerca de 100 euros por cada tonelada de material mal separado; isto é um grande drama e um enorme problema.

É preciso que todos façamos uma grande campanha no sentido de levar as pessoas a separar, explicando que só assim será possível a manutenção destes preços. Se as pessoas separassem devidamente, provavelmente teríamos já as contas equilibradas na recolha de resíduos. Esta é uma ineficiência gravíssima com um custo enorme que não se resolve com sistemas de *refeed*, apenas com educação para a cidadania e com a boa separação feita na casa de cada um de nós. Temos um enorme desafio pela frente porque existem péssimos hábitos no que diz respeito à gestão e à separação de resíduos.

**Sr. d. m. José Miguel Toste** – Faço uso da palavra para destacar a manutenção deste tarifário desde há cerca de 11 anos, o que significa que, independentemente das discussões a respeito daquele que será ou não o melhor sistema, este demonstra ser o mais favorável para os contribuintes. Se não houve aumento de preços, apesar da necessidade de algumas

compensações e ajustes, podemos concluir que é um sistema que funciona a favor dos munícipes.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (76/2021/AMAH).

**1.21 – Não atualização da Tabela de Taxas da CM para 2022. Para conhecimento do órgão deliberativo.**

**Sr. presidente da Câmara** – Diz a lei que as taxas dos municípios devem ser atualizadas anualmente em função da inflação do penúltimo ano. A não atualização de taxas depende de deliberação por parte da Assembleia Municipal e o que vos propomos pela nona vez consecutiva é que não haja atualização de taxas.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (77/2021/AMAH).

**1.22 – Informação do presidente da CM, comunicando que se encontra a lecionar na Universidade dos Açores. Para conhecimento do órgão deliberativo.**

**Sr. presidente da Câmara** – Caso o presidente de câmara mantenha qualquer atividade, mesmo pro bono como é o meu caso, a lei obriga-o a comunicá-lo à Assembleia Municipal. Assim sendo, o que vos comunico é que, à semelhança do que aconteceu no mandato passado, tenciono durante este mandato, manter a minha atividade enquanto docente da universidade dos Açores. Não recebo nada de lá, é pro bono, ainda assim esta comunicação é obrigatória.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (78/2021/AMAH).

**Sr. presidente da Mesa** – Coloco novamente aos líderes das bancadas a possibilidade de se discutir em simultâneo, os Pontos 1.23, 1.24 e 1.25.

Nada a opor por parte dos líderes das bancadas parlamentares.

**Sr. vereador Paulo Lima** – Há a destacar para o primeiro trimestre, um resultado líquido positivo de 61 492,99 € e realçar que o parecer do ROC (Revisor Oficial de Contas) nada tem a apontar relativamente às contas da TERAMB deste primeiro trimestre. O resultado líquido positivo do segundo trimestre foi de 162 110,94 € e o ROC não aponta nenhuma situação em concreto.

Como foi já aqui referido por diversas vezes, nada há a registar quanto à proposta de tarifário, tudo se mantém igual sem qualquer tipo de variação ou encargos adicionais para os munícipes.

**1.23 – Relatório de gestão e contas da TERAMB, EM, relativo ao 1.º trimestre de 2021. Para conhecimento do órgão deliberativo.**

*A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (79/2021/AMAH).*

**1.24 – Relatório de gestão e contas da TERAMB, EM, relativo ao 2.º trimestre de 2021. Para conhecimento do órgão deliberativo.**

*A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (80/2021/AMAH).*

**1.25 – Tarifário da TERAMB, EM para 2022. Para conhecimento do órgão deliberativo.**

*A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (81/2021/AMAH).*

## **2 – DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**2.1 – Eleição de quaisquer presidentes de Juntas de Freguesia, segundo o método de Hondt e de um conjunto de cidadãos de reconhecida idoneidade, segundo o método de Hondt, no máximo de cinco, para integrarem o Conselho Municipal de Segurança. Para designação por escrutínio secreto.**

*Após votação por escrutínio secreto, foram eleitos por unanimidade:*

**- Cinco presidentes de junta de freguesia:**

Paulo Jorge Pimentel da Silva, João Paulo da Costa Moniz, João Manuel Machado Enes, Cesário Alberto Ferreira Pamplona e Luís Carlos Cota Soares.

**- Cinco cidadãos de reconhecida idoneidade:**

Marcelo Leal Pamplona, Alexandra Cristina Santos Freitas, João Carlos Castro Tavares, Luísa Brasil Peixoto Lourenço e André Melo Castro.

**2.2 – Designação de três membros da AM eleitos segundo o método de Hondt e de dois presidentes de junta de freguesia, a fim de integrarem o Conselho Local de Educação. Para designação por escrutínio secreto.**

*Após votação por escrutínio secreto, foram eleitos por unanimidade:*

**- Três membros da Assembleia Municipal:**

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso, João Carlos Amador Lopes Mateus e Anabela Ferreira Rafael Silveira de Borba.

**- Dois presidentes de junta de freguesia:**

Sandra da Silva Mendes e Mário José Martins Cardoso.

**2.3 – Designação de um representante das juntas de freguesia a fim de integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil. Para designação por escrutínio secreto.**

*Após votação por escrutínio secreto, foi eleito por maioria:*

**- Presidente da junta de freguesia de São Bento:**

João Paulo da Costa Moniz.

**2.4 – Designação de um membro da AM de cada partido ou grupo de cidadãos eleitores representados na mesma, bem como três representantes com idade até aos 35 anos residentes no município, a fim de integrarem o Conselho Municipal da Juventude. Para designação por escrutínio secreto.**

*Após votação por escrutínio secreto, foram eleitos por unanimidade:*

**- Membros da Assembleia Municipal:**

Rita Belo Santos e Luísa da Costa Barcelos.

**- Três representantes residentes no município:**

José Miguel de Freitas Toste, Paulo Alexandre Ávila Fagundes e Luís Manuel Mendes Leal.

**2.5 – Designação de dois representantes da AM para integrarem o Conselho Consultivo da Unidade de Saúde da Ilha Terceira. Para designação por escrutínio secreto.**

*Após votação por escrutínio secreto, foram eleitos por unanimidade:*

Marília Margarida Enes Garcia de Vargas e Carlos Henrique da Costa Neves.

### **3 – DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**Sr. presidente da Mesa** – Os seguintes votos são apresentados em conjunto pelas bancadas municipais aqui presentes.

**3.1 – Voto de Congratulação à Academia Rítmica Terceirense do Clube Desportivo do Centro Comunitário do Posto Santo pelos êxitos alcançados nos campeonatos e provas em que participaram em Lisboa nos dias 20 e 21 de novembro. Para votação.**

**Sra. d. m. Ana Fortuna** (presidente da J. F. do Posto Santo) – Boa tarde senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais.

«As danças de salão existem na ilha Terceira há cerca de trinta anos, fruto sobretudo, da dedicação de um autodidata que, de forma altruísta e apaixonada, deu a esta modalidade o melhor da sua vida. Falamos do senhor Paulo Borges, infelizmente já falecido, o sócio

*fundador n.º 1 e também sócio benemérito por deliberação da assembleia geral de 22 de novembro de 2011.*

*Inicialmente, a componente social da dança sobrepunha-se à componente desportiva mas, ao longo do tempo, vimos assistindo a uma gradual inversão dessa realidade.*

*Existem atualmente oito escolas clube filiadas, sete no concelho de Angra do Heroísmo e uma no concelho da Praia da Vitória.*

*Existe já consolidado um forte compromisso social das danças de salão com a sociedade. São inúmeras as participações das escolas clube de dança nas festas tradicionais e outros eventos que proliferam nas nossas freguesias. Asseguram já uma presença efetiva na manutenção e reforço da nossa cultura, constituindo motivo de orgulho das famílias e das instituições, em especial do nosso município.*

*Recentemente, numa organização da Sociedade Filarmónica Alunos de Apolo, decorreu em Lisboa nos dias 20 e 21 de novembro, o Campeonato Nacional Solo em Standard e Latinas, o Campeonato Nacional de Grupos, o 4º Circuito Nacional Juventude, o Campeonato Nacional das 10 Danças, a prova internacional Portugal Open Championship e Rising Star, uma das provas mais importantes do calendário nacional onde estão os melhores atletas do país e do mundo.*

*A Academia Rítmica Terceirense do Clube Desportivo do Centro Comunitário do Posto Santo contou com a presença de dezanove atletas de diversos escalões, acompanhados com os seus treinadores, João e Marina Lopes e vários pais.*

*Nesta participação foram alcançados dezasseis pódios, nomeadamente: três campeões nacionais, um vencedor do Portugal Open Championship, dois vice-campeões nacionais, duas medalhas de prata no POC e oito medalhas de bronze nos campeonatos nacionais.*

*Os deputados eleitos à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária no dia 17 de dezembro de 2021, propõem a aprovação de um Voto de Congratulação à Academia Rítmica Terceirense pelo trabalho que vem desenvolvendo ao longo destes, cerca de trinta anos, bem como à Academia Rítmica Terceirense do Clube Desportivo do Centro Comunitário do Posto Santo, pelos êxitos alcançados nos campeonatos e provas em que participaram em Lisboa nos passados dias 20 e 21 de novembro, louvando todo um grupo que trabalha em prol daquela modalidade desportiva cujos resultados se têm revelado muito positivos.*

*Este Voto de Louvor deve ser dado a conhecer à Academia Rítmica Terceirense e à Academia Rítmica do Clube Desportivo do Centro Comunitário do Posto Santo.»*

**Sr. presidente da Câmara** – A Câmara Municipal associa-se ao Voto de Louvor agora apresentado que é, também por nós, sentido como justo.

*O Voto foi aprovado por unanimidade. (87/2021/AMAH).*

### **3.2 – Voto de Pesar pelo falecimento de José Duarte Mendes Pamplona do Couto. Para votação por escrutínio secreto.**

**Sra. d. m. Maria de Fátima Fernandes Ferreira** – Boa tarde senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

*«José Duarte Mendes Pamplona do Couto faleceu no passado dia 29 de outubro em Angra do Heroísmo com 75 anos de idade.*

*Iniciou a atividade desportiva aos 16 anos de idade como praticante de andebol e basquetebol no Sport Clube de Belém na Terra Chã. Aos 18 anos de idade, na época desportiva de 1964/1965 ingressou no Sport Clube Lusitânia como jogador de futebol onde jogou até à época desportiva de 1977/1978, tendo, na época seguinte, ingressado no Sport Clube Marítimo do Corpo Santo. Terminada a época, regressa ao Sport Clube Lusitânia onde prossegue e termina a sua brilhante carreira como jogador na época de 1983/1984.*

*José do Couto ganhou por duas vezes o concurso de Atleta Mais Popular em 1971/1972 e em 1973/74. Foi 36 vezes Campeão da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, 12 vezes Campeão dos Açores e 4 vezes Campeão Nacional.*

*Sem se precisar a data, sabe-se que foi também um vencedor na natação ao participar numa prova realizada na ilha de Santa Maria onde competiu contra adversários credenciados.*

*José do Couto foi um desportista de eleição com elevada aptidão e qualidades pessoais e técnicas que o tornaram um atleta de referência para os seus colegas e adversários e granjeou a admiração e respeito de todos.*

*Terminada a carreira de jogador de futebol, abraçou a carreira de treinador que terminou na época 2002/2003 com os êxitos e o espírito ganhador que o caracterizavam.*

*Para além do futebol, modalidade onde mais se distinguiu como jogador e treinador, José do Couto foi um desportista predestinado também noutras modalidades como o andebol, o basquetebol, o ténis de mesa, o voleibol e o golfe.*

*Tão grande era a sua paixão pelo desporto que, em 2019, José do Couto conduziu uma viagem durante mais de 5 000 km para acompanhar a neta que integrava a Seleção Nacional no Campeonato Europeu de Dressage.*

*José do Couto tinha um permanente sentido de vencer. Ao longo da sua vasta carreira desportiva desempenhou as funções de coordenador técnico da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo e recebeu o prémio de carreira na categoria de treinador aquando das celebrações do centenário da mesma associação.*

*Foi sócio honorário da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo.*

*Em maio de 2021 foi homenageado na XX Gala do Desporto Açoriano com a atribuição do galardão Carreira de Prestígio e na ocasião afirmou: “O empenho, a dedicação e o amor ao desporto foram o segredo para o meu sucesso de 25 anos de jogador e 25 anos de treinador e dirigente.”*

*José Duarte Mendes Pamplona do Couto, conhecido e referenciado nos meios desportivos regionais, nacionais e no continente americano como José do Couto, deixou um legado e uma marca indelével na história e na evolução do desporto açoriano.*

*Os deputados eleitos à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária no dia 17 de dezembro de 2021, propõem que seja aprovado um Voto de Pesar pelo falecimento de José Duarte Mendes Pamplona do Couto e que este voto seja dado a conhecer à sua família, à Câmara Municipal e à Associação de Futebol de Angra do Heroísmo.*

*Salão Nobre dos Paços do Concelho, 17 de dezembro de 2021.»*

**Sr. presidente da Câmara** – A Câmara Municipal associa-se por unanimidade também a este voto e deseja juntar a sua voz ao louvor que, justamente, está a ser prestado a este nosso concidadão.

*Após votação por escrutínio secreto, o Voto foi aprovado por unanimidade. (88/2021/AMAH).*

### **3.3 – Voto de Pesar pelo falecimento de João Alberto de Melo Miranda. Para votação por escrutínio secreto.**

**Sra. d. m. Marília Vargas** – *«João Alberto de Melo Miranda nasceu a 19 de dezembro de 1930 em Angra do Heroísmo. Frequentou o então Instituto Industrial de Lisboa, tendo-se formado como Agente Técnico de Engenharia Civil e Minas, posteriormente designados Engenheiros Técnicos.*

*Começou por trabalhar nas minas de Volfrâmio da Panasqueira na Beira Interior. Posteriormente integrou a empresa OPCA, tendo participado ativamente na construção das estradas da margem sul do Tejo de acesso à hoje designada Ponte 25 de Abril.*

*O seu amor pelos Açores levou-o a deixar essa empresa e a regressar à ilha Terceira onde se candidatou à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, na qual foi admitido, tendo iniciado funções em 1965 e onde desempenhou toda a atividade profissional com exceção do período em que foi deputado na Assembleia Regional.*

*Foi nomeado Diretor do Departamento de Serviços Técnicos da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, iniciando essas funções a 1 de janeiro de 1989, cargo que desempenhou até à sua aposentação em 1994.*

*João Alberto Melo Miranda enfrentou com empenho e dedicação os desafios com que se deparou na sua vida profissional, nomeadamente os decorrentes do devastador sismo de 1980.*

*Além da sua profissão como engenheiro da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, integrou o grupo dos 30 sócios fundadores de «Os Montanheiros» em 1960, participou no grupo de trabalho que elaborou a proposta do estatuto provisório da Região Autónoma dos Açores em 1976 e foi deputado regional na primeira legislatura da Região Autónoma dos Açores.*

*João Alberto de Melo Miranda faleceu no dia 21 de junho de 2021 em Angra do Heroísmo. Cabe-nos recordar com saudade e admiração o excelente profissional e a admirável pessoa que foi durante toda a sua vida.*

*Os deputados eleitos à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária no dia 17 de dezembro de 2021, propõem à Assembleia que seja aprovado um Voto*

*de Pesar pelo falecimento do senhor engenheiro João Alberto de Melo Miranda e que este voto seja dado a conhecer à sua família e à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.*

*Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 17 de dezembro de 2021.»*

**Sr. presidente da Câmara** – Apenas para associar mais uma vez a Câmara Municipal ao Voto de Pesar agora apresentado.

*Após votação por escrutínio secreto, o Voto foi aprovado por unanimidade. (89/2021/AMAH).*

### **3.4 – Voto de Louvor a Maria Benedita do Couto Gonçalves pelos êxitos alcançados. Para votação por escrutínio secreto.**

**Sra. d. m. Rita Belo Santos** – *«A jovem angrense Maria Benedita do Couto Gonçalves de 16 anos de idade nasceu na freguesia da Conceição, concelho de Angra do Heroísmo e frequenta o 11º ano da Escola Básica e Secundária Tomás de Borba.*

*É atleta do Centro Hípico da Ilha Terceira, sendo este ainda o seu clube de federação na Federação Equestre de Portugal. Compete com regularidade a nível nacional, sendo treinada por Raquel Falcão da prestigiada Academia de Dressage de Portugal.*

*Iniciou o seu percurso desportivo equestre aos seis anos de idade com o Pónei da Ilha Terceira e em 2017 transitou para cavalos grandes.*

*Foi atleta da Quinta do Malhinha entre 2017 e 2020 e o seu gosto pela atividade equestre levou-a a competir com um cavalo de tauromaquia de 18 anos alugado à referida quinta e que ela trabalhou para o direcionar para o Dressage.*

*Em 2019 comprou uma égua chamada Handalusa, à data com 6 anos, e recomeçou o seu processo qualificativo. É importante referir que, em Dressage, uma equipa é composta por um atleta e um cavalo (nominais) e, nem o atleta nem o cavalo podem ser mudados durante uma época competitiva.*

*Dando provas inequívocas da sua reconhecida qualidade, desde que transitou para cavalos grandes, Maria Benedita do Couto Gonçalves venceu o Campeonato Regional em 2018, tendo alcançado a medalha de bronze no final do Campeonato Nacional – Children FEI.*

*O ano 2019 foi marcante para esta jovem angrense no âmbito da sua atividade equestre. Inscreveu-se na Federação Internacional de Dressage e competiu internacionalmente ao qualificar-se no Campeonato Nacional de Dressage.*

*Ao competir em Alter Real e na Companhia das Lezírias, ganhou três das quatro provas, tendo obtido nota para disputar o Campeonato Europeu. Ganhou também a Taça da Rota Lusitana em Children e foi convocada para representar Portugal na Seleção Nacional de Dressage no Campeonato Europeu que decorreu em Itália, tendo ficado em 40º lugar. Termina o ano desportivo em 92º lugar do Ranking Mundial de Children.*

*A pandemia da Covid-19 em 2020 não permitiu que se deslocasse mas a Benedita ganhou as duas provas a nível regional em que participou no escalão de Juniores.*

*Em 2021 vence a prova qualificativa para a final do Campeonato Nacional de Dressage na Academia de Dressage de Portugal e alcança o 3º lugar das provas qualificativas para a final do Campeonato Nacional de Dressage Open na Golegã.*

*Neste mês de dezembro, disputa em Vila Moura, a final do Campeonato Nacional de Dressage Open, vencendo as três provas e sagrando-se campeã nacional neste escalão.*

*Maria Benedita do Couto Gonçalves, neta do reconhecido e respeitado desportista José do Couto recentemente falecido, é uma jovem desportista com mérito a quem se reconhecem aptidões e capacidades inatas de evolução sustentada que a poderão levar a um percurso desportivo de êxito e alcançar patamares competitivos de maior exigência na atividade da equitação.*

*A Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária no dia 17 de dezembro de 2021, propõe que seja aprovado um Voto de Louvor pelos êxitos alcançados pela atleta e que, ao regressar ao seu escalão etário, (Juniões), consiga o almejado apuramento que lhe permita a presença em competições internacionais.*

*Que este voto seja dado a conhecer à jovem atleta, à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, aos seus pais, à treinadora Raquel Falcão, à Quinta do Malhinha e ao Centro Hípico da Ilha Terceira.»*

**Sra. vereadora Sandra Garcia** – Muito boa tarde senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e caros colegas vereadores, senhores membros da Assembleia.

É com muito gosto que a Câmara Municipal se associa a este Voto de Louvor, reconhecendo claramente o valor intrínseco desta jovem atleta.

*Após votação por escrutínio secreto, o Voto foi aprovado por unanimidade. (90/2021/AMAH).*

### **3.5 – Voto de Louvor a Vanessa Pamplona Silva pelos êxitos alcançados. Para votação por escrutínio secreto.**

**Sra. d. m. Luísa Barcelos** – «*Vanessa Pamplona Silva, médica veterinária e angrense, mais do que de naturalidade, no trato e nas paixões, cedo se iniciou nas lides equestres, sendo desde sempre notório o seu talento inato e a sua entrega desmedida a este desporto. Na verdade, nunca assim o entendeu; para ela, tal como para o resto da sua família, nunca a equitação foi menos do que uma das mais nobres e belas formas de arte.*

*Sendo neta de Raul Pamplona, cavaleiro amador, sobrinha de João Carlos Pamplona, o primeiro cavaleiro tauromáquico de alternativa açoriano e prima dos cavaleiros em atividade, Tiago e João Pamplona, fácil é perceber que todos os seus 29 anos de vida foram preenchidos por esta realidade.*

*Assim, pela mão do seu treinador e primo Tiago, começa em 2003 a participar em provas de Dressage, tendo obtido logo na sua estreia, o 1º lugar na Primeira Feira do Cavalo Açores, feito que repetiu na 2ª edição do mesmo certame.*

*Em 2007 vence a Taça Açores de Dressage na categoria de 8 ou mais anos, conquistando no ano seguinte o 2º lugar na mesma prova. Nesse mesmo ano de 2008 sagra-se vencedora do*

*Campeonato Regional dos Açores de Dressage Juniores e alcança o apuramento para a final do Campeonato Nacional de Dressage em Reguengos de Monsaraz. Em 2009, na categoria de 7 ou mais anos, obtém o 2º lugar da Taça Açores de Dressage e repete o feito do ano anterior no Campeonato Regional dos Açores de Dressage Juniores, tendo-se apurado novamente para a final do Campeonato Nacional de Dressage, desta vez na Quinta da Beloura. Em 2010, além de se sagrar vencedora da Taça Açores de Dressage em 7 ou mais anos e do Campeonato Regional dos Açores de Dressage Juniores, é novamente apurada para a final do campeonato nacional na Academia de Dressage em Arruda dos Vinhos. Em 2011, em duas categorias tão distintas quanto a categoria dos 4 anos e dos 7 ou mais anos, fica respetivamente em 3º e 2º lugares na Taça Açores de Dressage. Em 2012 volta à Quinta da Beloura para discutir a final da Taça de Portugal não, sem antes, levantar as taças do 1º lugar na Taça Açores de Dressage nas categorias de 4 e 5 anos. Em 2014, competindo numa nova categoria de 6 anos, volta a vencer a Taça Açores. Em 2017 alcança o 1º lugar na jornada da Taça de Portugal, apurando-se igualmente para a final da Taça de Portugal no Centro Equestre Internacional de Alfeizerão, na qual alcançou o bronze. Em 2018 volta a obter o lugar cimeiro do pódio na jornada da Taça de Portugal (S. George), repetindo o 3º lugar na final da Taça de Portugal.*

*Finalmente, no ano em curso, Vanessa Pamplona Silva enriquece este extenso palmarés com a participação na feira dos cavalos por excelência que é a Feira da Golegã, onde é distinguida com um raro 3º lugar depois de ter vencido a jornada da Taça de Portugal na categoria dos 5 anos.*

*Por todas estas conquistas e aquelas que, certamente o futuro lhe reserva, a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária no dia 17 de dezembro de 2021, propõe que seja aprovado um Voto de Louvor a Vanessa Pamplona Silva e que, do mesmo seja dado conhecimento à própria, à sua família, ao seu treinador e à Quinta do Malhinha.*

*Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 17 de dezembro de 2021.»*

**Sra. vereadora Brites Cunha** – Agradeço ao senhor presidente da Mesa a gentileza da concessão da palavra. É com muito agrado que vejo o aparecimento de votos desta natureza na Ordem de Trabalhos desta Assembleia e a sua aprovação por unanimidade, pelo menos até agora, por ser também da mais elementar justiça e pela destinatária do voto em causa, uma pessoa que muito me diz. Falei em nome pessoal mas tenho muito gosto em dizer que a Câmara Municipal se associa sem reservas a este voto, esperando que o futuro se revele risonho e promissor.

*Após votação por escrutínio secreto, o Voto foi aprovado por unanimidade. (91/2021/AMAH).*

**Sr. presidente da Mesa** – Concluimos a nossa longa Ordem do Dia da primeira sessão da Assembleia Municipal desta legislatura. Como sabem, no seu artigo 38.º, o regimento determina que haja uma minuta de texto contendo os assuntos que aqui foram deliberados e que a mesma seja assinada por mim e pela senhora 1ª secretária da Mesa no sentido de tornar legítimas através deste documento até à aprovação da ata na próxima sessão, as decisões que aqui foram tomadas.

Antes de dar a palavra à senhora 1ª secretária para que proceda à leitura da minuta, quero agradecer pessoalmente e em nome da Mesa, a todas as senhoras e senhores deputados municipais e também ao senhor presidente da Câmara e às senhoras e senhores vereadores, pela forma elevada, coerente e responsável como todos os assuntos aqui foram abordados e debatidos. É assim que entendo que se deve pautar a nossa responsabilidade enquanto cidadãos eleitos pelo povo do nosso concelho que aqui representamos com muita honra e dignidade. Esta proximidade e modo de nos relacionarmos é, de facto, um exemplo e um estímulo, não só para quem aqui está e vai continuar, como também para aqueles que não de vir, sobretudo os mais novos que darão continuidade. Fica aqui o meu agradecimento pessoal e em nome da Mesa da Assembleia em relação à vossa presença, comportamento e atitude.

Quero desejar a cada uma das senhoras e senhores deputados municipais, ao senhor presidente da Câmara e às senhoras e senhores vereadores, umas Boas Festas, um Feliz Natal e um próspero e saudável ano de 2022, sabendo que temos que estar preparados para enfrentar todas e quaisquer adversidades que possam decorrer de uma situação de saúde pública, para a qual não temos ainda um controlo efetivo. Estou em crer que, se cada um de nós passar a mensagem a quem convive, seremos capazes de neutralizar e ultrapassar esta situação para atingirmos o mais rapidamente possível a normalização daquilo que é o nosso convívio social e a nossa participação cívica e profissional ao nível das nossas comunidades e não só. Deixo um forte abraço a cada uma e a cada um de vós com os votos de Boas Festas, Bom Natal e um bom ano. Muito obrigado.

*A senhora deputada municipal Tânia Gil da Rocha Lemos, na qualidade de 1.ª secretária da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações que, posta à votação, foi aprovada por unanimidade.*

*Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 17h30m do dia 17 de dezembro de 2021, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.*

O Presidente da Mesa

---

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

A 1ª Secretária

---

Tânia Gil da Rocha Lemos